

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, JORNALISMO E SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE JORNALISMO

ALINE VILELA DA SILVA OLIVEIRA

**JORNAL NACIONAL: ENQUADRAMENTOS DO IMPEACHMENT DE DILMA  
ROUSSEFF**

Monografia

Mariana

2018

ALINE VILELA DA SILVA OLIVEIRA

**JORNAL NACIONAL: ENQUADRAMENTOS DO IMPEACHMENT DE DILMA  
ROUSSEFF**

Monografia apresentada ao curso Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Prof. Hila Bernadete Silva Rodrigues

Mariana

2018

O482j Oliveira, Aline Vilela da Silva.  
Jornal Nacional [manuscrito]: enquadramentos do impeachment de Dilma Rousseff / Aline Vilela da Silva Oliveira. - 2018.

84f.:

Orientador: Profa. Dra. Hila Bernadete Silva Rodrigues.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

1. Jornal Nacional - Teses. 2. Rousseff, Dilma, 1947- - Teses. 3. Política - Governo - Teses. 4. Imprensa - Teses. I. Rodrigues, Hila Bernadete Silva. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 654.19

Catálogo: [ficha@sisbin.ufop.br](mailto:ficha@sisbin.ufop.br)

Aline Vilela da Silva Oliveira

Curso de Jornalismo – UFOP

**JORNAL NACIONAL:  
ENQUADRAMENTOS DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF**

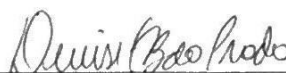
Trabalho apresentado ao Curso de Jornalismo do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo, sob orientação da Profa. Dra. Hila Bernardete Silva Rodrigues.

Banca Examinadora:



---

Profa. Dra. Hila Bernardete Silva Rodrigues



---

Profa. Dra. Denise Figueiredo Barros do Prado



---

Profa. Me. Júlia Lery Miranda

Mariana, 12 de julho de 2018.

Ao meu avô, José Vilela

## AGRADECIMENTOS

Simplesmente dizer *obrigada* não sintetiza toda a minha gratidão por vocês me permitirem realizar este sonho. Ao meus pais, Alexandra e Osias, deixo a promessa de nunca os deixar esquecer do quanto sou grata por ser filha de vocês. À minha irmã Ananda, eu não saberia ser outra pessoa que não a sua irmã, obrigada por acreditar em mim sempre e por estar ao meu lado, independente da distância. Eu nada seria sem a fé que vocês três depositam em mim. À minha tia Ana Paula, por sempre pegar no meu pé e me desafiar a ser melhor. A jornalista que hoje eu me torno é fruto da sua motivação. A toda a minha família Vilela e Oliveira, que tiveram que aprender a conviver com as minhas idas e voltas, e nunca me deixaram esquecer do amor que nutriam por mim.

Às minhas amadas irmãs da República Alquimia, sem vocês eu nunca descobriria a felicidade que é poder escolher uma nova família. Aos meus amigos que sempre acreditaram que eu conseguiria, e que, mesmo nos momentos de desespero, nunca duvidaram de mim: Juliana Rezende, Hulli, Gabriela, Juliana Araújo, Ana Paula, Isac, Thiaro, Ricardo e Erick.

À minha orientadora Hila Rodrigues, por me incentivar desde o começo do curso com suas histórias, e por, no final, tornar possível que todas as minhas ideias fossem colocadas no papel de forma coerente. Aos três presentes que o jornalismo meu deu: Rhaquel, por dividir comigo o sonho e a ansiedade de ser jornalista, Lettícia, por ser meu ombro amigo em todas as horas, Mariana por ser minha eterna dupla da zoeira. Nossa sintonia sempre será minha maior conquista no curso. Ao meu jornalismo 15.1, por dividir comigo os dias de lutas e os dias de glória da faculdade, principalmente ao Wandeir, por estar comigo desde princípio, e à Daniela, por sempre acreditar em mim.

A cada pessoa que passou por mim durante a minha graduação. Todos vocês estarão sempre guardados nas minhas lembranças. Estendo-lhes minhas mãos, segurem-nas se precisarem. E obrigada por tudo!

“É assim que se cria uma única história: mostre um povo como uma coisa, como somente uma coisa, repetidamente, e será o que eles se tornarão.”

Chimamanda Ngozi Adichie

## RESUMO

Os enquadramentos trabalhados pelo Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, e seus efeitos sobre a maneira como o processo de impeachment foi compreendido pelo telespectador é o tema em discussão nesse estudo. Buscou-se entender como os discursos presentes nas reportagens em torno do processo contra a então presidente Dilma Rousseff influenciaram o entendimento do público sobre a crise política enfrentada pelo país no ano de 2016. O trabalho apresenta uma análise dos enquadramentos presentes em edições específicas do Jornal Nacional durante os oito meses em que ocorreram a abertura do processo na Câmara dos Deputados a votação no Senado. Para realizar a análise, recorreu-se ao conceito de enquadramento proposto por Robert Entman, e a alguns estudos de autores como Plínio Marcos Volponi Leal, Jessé Souza e Venício Lima. A partir desses estudos, foi possível identificar a maneira como a Rede Globo de Televisão se aliou a setores conservadores da política brasileira. O trabalho também oferece um panorama histórico da relação entre a imprensa e as elites no Brasil. Os resultados encontrados demonstraram a predominância de uma abordagem negativa da figura e da atuação da ex-presidente Dilma, além de um enquadramento centrado na presunção de culpa da então chefe de Estado, mesmo antes do término do julgamento.

**Palavras-chave:** Jornal Nacional; Dilma Rousseff; enquadramento; política; imprensa.

## ABSTRACT

The media framings worked by Jornal Nacional, of Rede Globo de Televisão, and its effects on how the process of impeachment was understood by the viewer is the topic under discussion in this study. The idea is to understand how the speeches present in the reports about the process against the then president Dilma Rousseff influenced the understanding of the public about the political crisis faced by the country in the year of 2016. The study presents an analysis of the framings present in specific editions of the JN during the eight months in which the opening of the process in the Chamber of Deputies to vote in the Senate took place. In order to carry out the analysis, we used the concept of media framings proposed by Robert Entman, as well as some studies by authors like Plínio Marcos Volponi Leal, Jessé Souza and Venício Lima. From these studies, it was possible to identify the way Rede Globo de Televisão has allied with conservative sectors of Brazilian politics. The work also provides an historical overview of the relationship between the press and the elites in Brazil. The results showed the predominance of a negative approach to the figure and the performance of former President Dilma, as well as a framework focused on the presumption of guilt of the then head of state, even before the end of the trial.

**Keywords:** Jornal Nacional; Dilma Rousseff; media framing; policy; press.



## **LISTRA DE ABREVIACOES E SIGLAS**

AI – Ato Institucional

CGJ – Central Globo de Jornalismo

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

DGJE – Direo Geral de Jornalismo e Esporte

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

DOI-CODI – Destacamento de Operao de Informao – Centro de Operaes de Defesa Interna

ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

ENG – Eletronic News Gathering

EUA – Estados Unidos da América

IBAD – Instituto Brasileiro de Ao Democrática

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

MP – Ministro Público

MPL – Movimento Passe Livre

PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PIB – Produto Interno Bruto

PMDB – Movimento Democrático Brasileiro

PP – Partido Progressista

PR – Partido da República

PRN – Partido da Reconstruo Nacional

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SECOM – Secretária de Comunicao Social

TV – Televisão

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	9
2. MÍDIA E DEMOCRACIA NO BRASIL .....	14
2.1 A imprensa brasileira .....	16
2.2 Imprensa e Elite: dois lados de uma mesma moeda .....	25
2.2.1 Manifestações de junho e a construção do golpe .....	28
2.2 A construção discursiva da mídia .....	30
3. JORNAL NACIONAL .....	34
3.1 Jornalismo, ética e contexto político .....	35
3.2 Novas tecnologias e estética .....	37
3.3 Novos formatos e diretrizes .....	39
3.4 O JN e o âncora .....	42
3.4.1 Os âncoras do Jornal Nacional .....	45
4. O JORNAL NACIONAL E A COBERTURA POLÍTICA: DA DITADURA AO CASO DILMA ROUSSEFF .....	48
4.1 Diretas Já .....	50
4.2 A eleição de 1989 .....	51
4.3 Mensalão .....	52
4.4 O JN e o governo Dilma Rousseff .....	55
4.5 O JN e a cobertura do impeachment .....	57
4.5.1 O conceito de enquadramento .....	59
4.5.2 Análise da cobertura do processo de impeachment do Jornal Nacional .....	62
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	79

## 1. INTRODUÇÃO

A imprensa é uma instituição fundamental para o bom funcionamento da democracia. O papel desenvolvido pela mídia é um elemento essencial para a compreensão da sociedade e do seu processo político. Por isso mesmo, diferentes pesquisadores trabalham perspectivas variadas sobre o papel que os meios de comunicação desempenham em relação ao sistema democrático. Há uma atenção permanente sobre a relação entre comunicação e política, e os efeitos dessa relação na maneira como os cidadãos assimilam o mundo da política. Considerando a relevância do tema, a bibliografia sobre esse assunto ainda é tímida no país.

Esse estudo visa uma discussão nesse campo de estudo. Trata-se de uma análise dos enquadramentos trabalhados pelo Jornal Nacional (JN) da Rede Globo durante o processo de impeachment<sup>1</sup> da presidente Dilma Rousseff, no ano de 2016, após a denúncia por crime de responsabilidade<sup>2</sup> apresentada pelo procurador de justiça Hélio Bicudo e pelos advogados Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. O objeto dessa pesquisa é relevante em função da importância do JN na condição de um dos veículos jornalísticos de maior influência no mercado midiático brasileiro, estando no ar desde 1969. Por essa razão, essa pesquisa buscou caracterizar e descrever como os discursos presentes nas reportagens sobre o caso, e sobre a então presidente Dilma, tiveram o poder de construir uma narrativa sobre o processo político.

A democracia se sustenta pelo livre fluxo de informações, opiniões e ideias no interior da comunidade. Nenhuma outra instituição pode realizar o que a imprensa realiza nesse sentido. Não por acaso, a primeira Emenda da Constituição dos Estados Unidos da América, afirma que “o Congresso não deverá criar nenhuma lei (...) limitando a liberdade de expressão ou da imprensa”. Conforme Thomas Jefferson, “a única segurança que existe está em uma imprensa livre”. Considerado um dos pais fundadores da democracia americana, Jefferson costumava dizer que se fosse convidado a escolher entre um governo sem jornais ou jornais

---

<sup>1</sup> “Processo administrativo ou político e de uma pena de natureza disciplinar; e assim se explica a razão por que a acumulação da pena imposta ao Presidente da República pelo senado e da pena criminal imposta pelos tribunais ordinários, não constitui violação do princípio do non bis in idem; do mesmo modo por que esse princípio não é ofendido, quando o empregado público, punido administrativamente, é depois processado e punido criminalmente pelos tribunais, e em razão do mesmo delito”. (BROSSARD, 1965, p. 74).

<sup>2</sup> São crimes de responsabilidade os atos do presidente da República que atentam contra: a própria Constituição, a existência da União; o livre exercício dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e dos estados; o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais; a segurança interna do país; a probidade administrativa; a lei orçamentária; o cumprimento da lei e das decisões judiciais.

sem governo, não hesitaria em optar pelo último<sup>3</sup>. Nesse sentido, um governo sem jornais seria uma inversão dos valores que fundamentam a democracia.

No entanto, a imprensa só é livre quando assume o risco de investigar livremente, especialmente nas esferas em que se dão o exercício do poder. A liberdade de imprensa é indispensável para o cumprimento da democracia, de modo a garantir que o sistema continue funcionando segundo a lógica de que o poder emana do povo. Para que o cidadão possa capacitar-se a eleger um representante a fiscalizar o poder, este cidadão precisa ser informado sobre detalhes relevantes da gestão pública em curso. É preciso, portanto, que o agente de divulgação seja independente do Estado.

Criada durante a ditadura militar no Brasil, a Rede Globo de Televisão, principal emissora nacional nesse campo, é um veículo que, historicamente, tem sua trajetória atravessada por interesses econômicos e políticos (ARBEX, 2003; CARVALHO, 2014). São vários os estudiosos da Comunicação e do Jornalismo que já identificaram uma tendência da emissora de se alinhar a grupos de poder na esfera política, especialmente no âmbito do governo federal – embora essa relação tão próxima e amigável com o Executivo tenha mudado durante os últimos governos, especialmente durante o governo Dilma.

No Brasil, a Rede Globo constitui-se uma força política, cultural e ideológica em permanente influência junto à população. Uma parcela significativa dos brasileiros assiste a Rede Globo, principalmente no horário nobre da televisão, horário em que são transmitidos a telenovela e o telejornal. Por isso, Porto (2007) defende que “estes programas são importantes janelas para o mundo da política, uma das fontes mais acessíveis de informação e interpretação à disposição dos brasileiros” (PORTO, 2007, p. 14). Neste contexto, torna-se pertinente realizar este estudo, para assim poder observar e analisar como foi apresentado o processo de impeachment de Dilma Rousseff através dos enquadramentos do JN e como se posiciona esse programa televisivo acerca dos fatos políticos que constituem a crise política dos últimos anos.

Contudo, é preciso ressaltar que a análise dos enquadramentos proposta por essa pesquisa não teve como objetivo apontar a maneira pela qual o Jornal Nacional, e, portanto, a Rede Globo, constituiu um espaço onde os conflitos do campo político foram apresentados à população no momento do escândalo em questão. O que se propôs, nesse estudo, foi analisar como esse conflito foi narrado pelo telejornal, buscando refletir sobre a influência dessa narrativa na compreensão do cidadão comum acerca do processo de impeachment.

---

<sup>3</sup> Carta a Edward Carrington, enviada em 16 de janeiro de 1787 de Paris. A declaração está na biografia de Jefferson, escrita por Merrill D. Peterson (*The Portable Thomas Jefferson*, Penguin Books, 1977).

O Jornal Nacional foi escolhido como objeto de análise para este estudo por ser um dos noticiários mais assistidos no país – ainda que tenha perdido parte do seu público nos últimos quatro anos, como registra o Painel Nacional de Televisão<sup>4</sup>. Além disso, a Rede Globo é a empresa midiática de maior audiência no Brasil: 73% dos entrevistados, afirmam ter a emissora como a mais assistida. Outro aspecto a ser considerado é que a televisão ainda é o principal meio de comunicação utilizado no país. Ao todo, 63% dos 15.050 entrevistados afirmam que a televisão é o principal meio por onde eles se informam (SECOM, 2016). Busca-se conhecer, nesse universo, como foi apresentado o tema do impeachment de Dilma Rousseff, a partir dos discursos das reportagens do telejornal mais assistido pelos brasileiros.

Esta pesquisa analisa sete reportagens que tratam do impeachment e que foram veiculadas do dia 2 de dezembro de 2015 ao dia 18 de agosto de 2016, período que engloba a aceitação do processo de impeachment pela Câmara dos Deputados e, por fim, a do processo no Senado Federal – e que culminou no afastamento da presidente e no início do governo interino de Michel Temer. Tais reportagens não foram escolhidas aleatoriamente. As datas de cada reportagem correspondem a um importante momento do processo de impeachment. A hipótese central desse trabalho era a de que havia, por parte do telejornal analisado, uma tendência a apresentar a figura de Dilma Rousseff de maneira negativa, sempre a partir dos anseios das elites – tanto na esfera política quanto na esfera da mídia, que apoiou o afastamento da ex-presidente. A análise considerou as *omissões*, as *saliências* e as *distorções* examinadas, conforme variáveis propostas por Venício de Lima (2006). Criou-se também, a partir de uma pré-análise, um quadro analítico constituído de oito elementos principais para a análise de cada edição do JN: tempo de exibição, manchete, lead, adjetivos, principais personagens, detentor da voz, representação dos principais personagens, maneira como Dilma é abordada.

O conceito de enquadramento aqui utilizado fundamenta-se na concepção de Robert Entman (1993). Para ele, enquadrar equivale a selecionar certos aspectos da realidade, fazendo-os “mais salientes no texto comunicativo, de modo a promover uma definição particular de um problema, interpretação causal, avaliação moral e/ou um tratamento recomendado para o item descrito (p.52). Para complementar este referencial, recorreu-se também a Plínio Marcos Volponi Leal, que busca analisar o enquadramento noticioso no jornalismo político. Leal (2009) afirma que “a mídia é a moldura da janela pela qual a opinião pública entrará em contato com uma pequena parcela da realidade, sendo os jornalistas

---

<sup>4</sup> Mais detalhes do levantamento podem ser acessados em <https://jornalggn.com.br/noticia/jornal-nacional-perdeu-28-de-publico-em-quatro-anos>

responsáveis por sua construção" (2009, p. 4). Esse percurso permitiu uma leitura ampliada do processo de construção notícia, em que foi possível perceber não somente o conteúdo das mensagens, propriamente dito, mas também a maneira como esses conteúdos são trabalhados.

Outra obra utilizada foi *Jornal Nacional: Modo de Fazer*, do editor chefe do JN, William Bonner. Nessa publicação, Bonner explica como funciona o telejornal, a partir de uma rotina de trabalho. A essa obra, agregou-se o material intitulado *Memória Globo – Jornal Nacional: A notícia faz história*, que oferece informações e detalhes importantes acerca do objeto de pesquisa, assim como o livro *O Quarto Poder*, de autoria do jornalista Paulo Henrique Amorim, com elementos igualmente relevantes para a compreensão da história e das características do telejornal.

Desde o início do seu segundo mandato, em 2015, Dilma Rousseff passa a conviver com ameaças de uma ação de impeachment. O processo se baseava em denúncias feitas por empreiteiros presos durante a Operação Lava Jato<sup>5</sup>, que denunciavam o uso de recursos advindos da corrupção na campanha da então presidente da República pelo Partido dos Trabalhadores. A ação foi efetivamente protocolada na Câmara dos Deputados em 17 de setembro de 2015, sob o argumento de que o governo do PT cometera um crime de responsabilidade. No dia 21 de outubro de 2015, um novo pedido de impeachment foi protocolado pelos mesmos juristas, autores da solicitação anterior. A ação de impedimento estava cunhada em decretos presidenciais que aumentavam as despesas do governo sem a autorização do Congresso Nacional.

O enfraquecimento político de Dilma Rousseff no Congresso, devido a problemas com o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, somado à crise econômica, motivo de grande insatisfação para a população, deram força ao processo de afastamento da presidente. A mídia, em especial o Jornal Nacional, teve grande participação nesse momento político, e foi a responsável pelo fortalecimento das forças conservadoras. O processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff durou um longo período. Iniciou-se a partir de especulações na mídia, já em setembro de 2015, e só terminou formalmente em agosto de 2016. Com isso, a mídia dispôs de grande quantidade de material para produzir notícias variadas sobre o caso, muitas vezes espetacularizando e dramatizando os episódios. O JN, considerado uma fonte de informação confiável para grande parte da população brasileira, noticiou, muitas vezes com exclusividade, as novidades sobre o processo e seus desdobramentos.

---

<sup>5</sup> Operação conduzida pela Polícia Federal a partir das investigações do Ministério Público, para apurar um esquema de corrupção na Petrobras.

O estudo está dividido em quatro partes. A primeira apresenta um panorama histórico sobre o surgimento da imprensa no Brasil, tratando do desenvolvimento da mesma ao longo dos anos. Na segunda, é trabalhada a relação histórica entre a imprensa e a elite. Nesta seção, o estudo aborda a maneira como esses dois atores sociais – imprensa e elite – atuam em conjunto para influenciar os rumos políticos do país. Recorreu-se à discussão da cobertura política do JN desde as manifestações de junho de 2013, já que a ideia, nesse ponto, é mostrar como o telejornal, alinhado com a elite, manipulou as narrativas acerca dos protestos, de forma a atingir o Executivo e ampliar o sentimento de descontentamento dos cidadãos com o governo. Também são discutidos, nesse momento, os principais conceitos empregados nesta análise, principalmente no que se refere à construção dos enquadramentos, à ideologia dos meios de comunicação no Brasil e ao universo da mídia.

O terceiro capítulo é o que apresenta a relação entre o Jornal Nacional e o exercício da política no Brasil. Inicialmente, apresenta-se o contexto histórico do telejornal: quando foi criado e como foi se transformando ao longo do tempo. Em seguida, busca-se demonstrar a importância da figura do âncora no telejornal, a fim de demonstrar como este profissional contribuiu para o fortalecimento do discurso empregado nas reportagens analisadas. Por último, são apontados, a partir do exame dos enquadramentos trabalhados pelo JN, alguns dos episódios que marcaram a história da democracia no Brasil. Desse modo é possível relacionar episódios passados à conjuntura do processo de impeachment. Parte-se, então, para a análise dos enquadramentos do JN, no quarto capítulo.

Em sua conclusão, o presente trabalho propõe reflexões acerca das relações entre política e mídia no Brasil, do papel da imprensa em cenários de crise política e dos elementos que se fazem presentes na conexão entre a imprensa e os regimes democráticos.

## 2. MÍDIA E DEMOCRACIA NO BRASIL

A grave crise política atravessada pelo país logo após as eleições de 2014 suscita debates importantes sobre o papel da imprensa nos processos políticos – sobre como ela influencia e reconfigura os discursos políticos e as relações entre governantes e governados. Os grandes veículos de comunicação de massa instituem-se como espaços de representação, porque é a partir deles que a cena política se torna visível. Não surpreende, assim, que, na concepção de tantos atores políticos, a imprensa seja a principal instância para divulgar “informação sobre suas atividades”, para buscar “adesão em campanhas eleitorais” ou, ainda, conquistar o “suporte no jogo político mais geral” (MAIA, 2006, p. 15).

A imprensa desempenha, desta forma, um papel essencial para a sociedade: ela transmite informações que permitem a participação ativa dos cidadãos na vida política. Com isso, faz-se relevante estudar a simbiose entre a mídia e a democracia, compreendendo a relação entre os meios de comunicação de massa e os processos políticos. Antes de iniciar essa reflexão, porém, é interessante trabalhar os conceitos de mídia e de política aqui acessados. Falar em mídia, e também em imprensa, é falar de uma indústria cultural constituída, entre outros elementos, das emissoras de rádio e televisão, sejam abertas ou pagas, de jornais, revistas e cinema – um conjunto que traduz a comunicação de massa<sup>6</sup> em função do imenso público que alcança. A perspectiva adotada por Venício Lima ajuda a compreender essa ideia do aparato tecnológico e dos conteúdos direcionados a muitas pessoas:

A mídia, plural latino de *medium*, meio é entendida aqui como o conjunto das instituições que utiliza tecnologias específicas para realizar a comunicação humana. Vale dizer que a instituição *mídia* implica sempre a existência de um aparato tecnológico intermediário para que a comunicação se realize. A comunicação passa, portanto, a ser uma comunicação mediatizada (...). Duas características da comunicação mediatizada são sua unidirecionalidade e a produção centralizada, integrada e padronizada de seus conteúdos (LIMA, 2006, p.53).

Essa produção centralizada e padronizada dos conteúdos influencia tanto aqueles que exercem o poder quanto aqueles que obedecem às regras estabelecidas. Nessa perspectiva, é interessante recorrer também a Venício Lima no que se refere ao conceito de *política* a ser trabalhado neste estudo:

---

<sup>6</sup> Apesar do crescente aumento no uso da internet (em 2015 houve um aumento de 57,5% a porcentagem da população brasileira que navega na rede, segundo a PNAD 2015) nos últimos anos, o universo online não se insere no conjunto de dispositivos que reflete o conceito de comunicação de massa trabalhado nessa pesquisa.



A política (...) em sua origem clássica, deriva da palavra grega *polis*, significa 'tudo que diz respeito à cidade, o que é urbano, civil, público'. Historicamente, a ideia de política está associada ao exercício do poder tanto na relação entre soberano e súditos, como naquela entre governantes e governados, entre autoridade e obediência (LIMA, 2006, p. 53)

Explicitados os conceitos, é preciso retomar, neste momento, a discussão acerca da relação entre os meios de comunicação e a política. Bernard Manin (1995) considera que os meios de comunicação de massa, e a televisão em especial, tornaram-se atores fundamentais e cada vez mais presentes no cenário político contemporâneo. Muitos autores afirmam que a centralidade da mídia tem reconfigurado alguns cenários, priorizando os valores individuais e institucionais em detrimento do todo. A centralidade da mídia marca uma nova fase da democracia, na qual a imprensa se estabelece como nova esfera do espaço público e como principal canal para o debate e compartilhamento de pontos de vista.

No Brasil, esse discurso protagonizado por poderosos meios de comunicação representou, em diversos momentos, um problema de cunho político e socioeconômico na busca pela redução das desigualdades sociais (AZEVEDO, 2006). Historicamente, a imprensa brasileira mantém um conjunto singular de características: o monopólio familiar<sup>7</sup>, a propriedade cruzada<sup>8</sup> nos meios de comunicação de massa, o baixo número de jornais em circulação – associado ao baixo número de leitores – e, em consequência, um jornalismo orientado prioritariamente para as elites e para os interesses dessa elite. Soma-se a esse quadro a fragilidade do regime democrático e, com ele, da liberdade de expressão. Além disso, o surgimento tardio da imprensa<sup>9</sup> e dos jornais no país, agregado à centralidade da televisão, são fatores que influenciaram a configuração da imprensa no Brasil (LIMA, 2006; LUSTOSA, 2003).

Desenvolve-se, neste capítulo, uma discussão acerca da relação entre imprensa e elite, e a maneira como esta última se utiliza habilmente dos meios de comunicação para influenciar os campos de ação no meio político. Para tanto, esse capítulo se divide em três seções: a primeira apresenta um panorama histórico sobre o papel dos meios de comunicação na

---

<sup>7</sup> O monopólio familiar dos meios comunicação diz respeito à concentração no controle da mídia. Menos de dez famílias detêm o controle de mais de 80% dos serviços de comunicação no Brasil, sendo que quase metade dos detentores desses serviços são senadores e deputados. (LEAL, 2015)

<sup>8</sup> Quando um grupo empresarial – ou família – é proprietário de mais de um tipo de veículo de comunicação: jornal, TV, rádio etc. Exemplo: as Organizações Globo detêm a Rede Globo de Televisão, o jornal O Globo, o Multishow, na TV a cabo, o portal G1, a Rádio CBN, entre outras empresas. (LEAL, 2015)

<sup>9</sup> A política de Portugal buscava isolar o Brasil colônia do resto mundo com o fechamento dos portos para o comércio internacional e a proibição de fábricas, escolas superiores e universidades, além da impressão de livros e jornais em solo brasileiro. Em função disso, a imprensa brasileira surgiu tardiamente em relação a outros países. (LUSTOSA, 2003).

construção do país, analisando como, desde os primórdios da imprensa, esta é vinculada ao poder político, tendo em vista que as primeiras produções jornalísticas no Brasil se deram a partir da chegada da família real, em 1808. A segunda seção aborda o tema *imprensa e elite*, demonstrando como essas duas instituições sempre estiveram relacionadas a processos político-econômicos e como podem intervir nos rumos da democracia brasileira e nas decisões que se dão no universo da esfera pública – sejam elas advindas das instituições governamentais ou do povo. Por fim, a última seção coloca em evidência as distorções presentes no jornalismo – e sobretudo na cobertura política – a partir de dois exemplos: a reeleição do ex-presidente Lula em 2006, e, em 2016, o impeachment da então presidente Dilma Rousseff, com o apoio dos maiores e mais tradicionais meios de comunicação do país.

## 2.1 A imprensa brasileira

A imprensa brasileira iniciou suas atividades tardiamente, com um atraso de quase três séculos se comparada aos países do continente europeu, onde a tipografia já existia desde meados do século XV. No Brasil, somente em 1808, com a chegada da família real, é que passou a ser permitida a produção de impressos noticiosos. Ainda assim, os primeiros jornais circulavam sob vigilância das autoridades. De acordo com Juarez Bahia (2009), a própria palavra *imprensa* – refletindo o conjunto de veículos de comunicação que exercem o jornalismo e outras funções de comunicação informativa – já representava um material impresso sujeito à censura. Como observa Marco Morel, “a censura prévia aos impressos era exercida, no âmbito dos territórios pertencentes à nação portuguesa, pelo poder civil (Ordinário e Desembargo do Paço) e pelo eclesial (Santo Ofício)” (MOREL, 2011, p. 23).

Neste contexto, o primeiro jornal lido sistematicamente no Brasil nasceu em junho de 1808, depois da transferência da corte portuguesa para o Brasil. O periódico durou quase 15 anos, sob a responsabilidade de Hipólito da Costa<sup>10</sup>, que o redigia em Londres, onde se encontrava exilado em função de suas ideias libertárias, contrárias aos interesses da Corte. A história registra que o jornal sofreu constantes perseguições e ameaças por parte do governo luso-brasileiro, devido ao seu caráter oposicionista. Segundo Bahia, “sua artilharia dispara contra a violência da polícia política, os atos discricionários da administração colonial e a

---

<sup>10</sup> Hipólito José da Costa foi o diretor da Imprensa Régia em Portugal, preso em 1802 por ordem do Santo Ofício, após retornar de uma viagem a Londres, onde se encontrou com os maçons para tratar de assuntos ligados a “Casas Maçônicas Portuguesas”. A maçonaria, no entanto, era condenada pela Igreja. Além disso, Hipólito voltava das viagens ao exterior com ideias libertárias, como o fim da escravidão, a liberdade religiosa e de imprensa. Em junho de 1805, Hipólito fugiu da prisão e se exilou em Londres, onde mais tarde publicou o primeiro número do jornal “Correio Braziliense”.

conspiração dos poderosos para reduzir ao silêncio as ideias liberais e democráticas” (BAHIA, 2009, p. 31). Também em 1808, quando a colônia experimentava diversas mudanças de cunho administrativo, entre elas a regulamentação da tipografia, nasce o primeiro jornal produzido na colônia, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que passa a circular a partir de 10 de setembro daquele ano. Com características de jornal oficial, a *Gazeta* é produzida pela Imprensa Régia, no Brasil. O periódico, que informava sobre a vida administrativa da colônia, seguia os padrões das gazetas europeias, tornando-se um espaço de disputas simbólicas.

De acordo com Bahia (2009), a Imprensa Régia é considerada a primeira editora a funcionar no Brasil, tendo desenvolvido ampla e complexa atividade tipográfica. A instalação da imprensa naquele território representava o primeiro passo para o fim da condição de colônia – experimentada pelos brasileiros até 1822, ano da declaração de independência. Além disso, a imprensa era fundamental para o desenvolvimento daquele lugar e daquela sociedade. Embora, de início, ainda não praticasse um debate político acessível às camadas sociais não pertencentes às elites, difundia informações, opiniões e ideias, como assinala Morel (2011). Segundo ele, “é na criação de um espaço de crítica, quando as opiniões políticas assim publicizadas destacavam-se dos governos, que começa-se a chamada opinião pública” (MOREL, 2011, p. 30)

Segundo Morel, “a opinião pública era um recurso para legitimar posições políticas e um instrumento simbólico que visava transformar algumas demandas setoriais numa vontade geral” (2011, p. 33). No início, essa opinião pública possuía dois sentidos básicos: ou era vista como sinônimo da soberania da razão, ou seja, uma interação entre o reino da opinião e a república das letras, representada pelo conjunto de letrados e escritores, ou como resultado da vontade da maioria de um povo. Essa opinião era compreendida ainda como uma forma de questionar as relações de poder e de “influir nos negócios públicos, ultrapassando os limites do julgamento privado” (MOREL, 2011, p. 33)

O contexto em que surge a opinião pública no Brasil corresponde ao período entre os anos de 1820 e 1821, que antecipa a Independência e marca mudanças significativas no continente europeu, e nos seus domínios nas Américas. Conforme explica Morel (2011), as transformações que a Junta do Governo da Revolução Constitucional vinha realizando em Portugal incluíam um decreto que estabelecia a liberdade de imprensa em 21 de setembro de 1820. D. João VI, que se encontrava no Rio de Janeiro – temendo perder espaço, já que seu poder da coroa portuguesa se encontrava dividido –, assinou um decreto em 2 de março de 1821, suspendendo provisoriamente a censura prévia então imposta à imprensa. Contudo, os

problemas iniciais que tocam a liberdade de imprensa no seu início se refletem em questões mal resolvidas até os dias de hoje, como as frequentes decisões judiciais que proíbem a publicações de reportagens, geralmente relacionadas a investigações federais, sob o argumento de que a liberdade de expressão não é um direito absoluto.

Com abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril 1831, o Brasil experimenta uma autonomia política e uma vitalidade ideológica. Entretanto, o mesmo não ocorria com a economia, uma vez que a escassez de recursos e o empobrecimento das províncias – refletidas na queda da renda *per capita* – comprometia o desenvolvimento local (BAHIA, 2009). Em um contexto de disputa de poder, o chamado período regencial ficou marcado por diversos levantes e rebeliões – e é nesse cenário que emerge um jornalismo mais militante, que apoiava as mudanças revolucionárias. De acordo com Bahia (2009), são as províncias do Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e São Paulo que, após a abdicação de D. Pedro, mais investem no jornalismo como instrumento de participação crítica nos assuntos de governo. Contudo, é válido ressaltar que essas iniciativas não se dão no universo da imprensa tradicional – caso do *Diário do Rio de Janeiro* e do *Jornal do Commercio*, por exemplo – mas, sim, no universo de uma pequena imprensa de oposição. Essa imprensa, que emerge no berço das lutas sociais por instituições livres e democráticas, inaugura o jornalismo político no Brasil, que, até a Proclamação da República, cumprirá importante papel contestador e revolucionário.

Nesse ponto, é importante observar, também, que, durante o regime regencial, estabeleceu-se um cenário de mudanças significativas nos setores políticos e econômicos – o que estimulou a atividade jornalística como trabalho e como negócio. Neste contexto, “os novos jornais trazem, com seus títulos que se tornarão importantes, experiências e objetivos próprios das organizações industriais” (BAHIA, 2009, p. 111). É nesse momento que o jornal perde a sua natureza artesanal e situa-se numa linha de produção. A partir da década de 1880, editores passam, por exemplo, a associar o título do jornal a um estabelecimento gráfico. Surgem, assim, algumas empresas jornalísticas viáveis e economicamente rentáveis. Os jornais desse tempo se beneficiam, sobretudo, do fim do trabalho escravo e do crescimento econômico que marca o período de 1870<sup>11</sup> a 1900. A época oferece melhores condições financeiras aos brasileiros a partir do trabalho assalariado. O desenvolvimento da imprensa absorve, assim, as profundas mudanças econômicas que a passagem do Império para República oferece ao país.

---

<sup>11</sup> Ano em que surge o movimento abolicionista, a partir de ações individuais promovidas por ativistas da causa, que incentivavam as fugas e rebeliões de escravos.

Com a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, a imprensa, até então monarquista, transforma-se em imprensa republicana. O jornalismo passa a agir como agente civilizador, responsável por ideias e imagens de progresso. Política e urbanização foram os grandes temas de veiculação, para festejar o período de modernização experimentado pelo país, e pelo próprio jornalismo. É neste momento que a imprensa começa a se transformar em negócio empresarial, o que exigia dos seus donos a adoção de novas estratégias que barateassem o preço dos exemplares e oferecessem um produto visualmente mais atraente. As próprias funções dentro do jornal, que antes se concentravam em uma única pessoa, começam a ser divididas, dando início a um processo de especialização.

Com um jornalismo mais especializado, aos poucos surgiram distinções entre as matérias de caráter informacional, supostamente neutras e objetivas, e as produções opinativas, que defendem ideias e posições. Dessa forma, “com a modernização da imprensa, o artigo político quando muito conservou a primeira coluna; mas em redor, como leitura de maior sensação, se foi distribuindo e colocando o noticiário” (SOBRINHO *apud* DE LUCA, 2011, p. 153). Esse noticiário, entretanto, constituía-se de acontecimentos interpretados e narrados conforme os interesses dos meios de comunicação e daqueles segmentos sociais e políticos que esses meios de comunicação julgavam representar. Como observaria o filósofo Jürgen Habermas já no século XX, “os interesses econômicos acabaram por esmaecer a atuação política da imprensa” (HABERMAS *apud* LUCA, 2011, p.154).

Os avanços tecnológicos impulsionaram o jornalismo como nova potencialidade social e como instrumento influente e propagador de ideias capaz de influenciar comportamentos e atitudes. Esse potencial, segundo Bahia, revelar-se-ia ainda mais perigoso e penetrante a partir do surgimento do rádio e da televisão. A evolução do jornalismo popular, por meio destes veículos de grande audiência entre a população de baixa renda, representava uma ameaça contra os interesses políticos e econômicos das elites, conforme explica o autor. Segundo ele, “o jornalismo é um poderoso instrumento, à medida que atua no mesmo nível ético de instituições permanentes como a escola, a igreja, as associações comunitárias, as profissões desinteressadas, as organizações locais, nacionais ou internacionais dedicadas ao bem comum” (BAHIA, 2009, p. 225).

Gradualmente, os jornais passam a ser percebidos como instrumentos capazes de melhorar o desempenho de um negócio. Dessa forma, os anunciantes passam a deter certo poder econômico sobre o meio de comunicação. Além disso – e também gradualmente – o setor de comunicação, no Brasil, passa a se revelar um campo de concentração de poder, uma vez que as poucas empresas de comunicação existentes passaram a acumular outros veículos

de informação. Por conseguinte, passaram a deter não apenas poder político, mas também o econômico. Em relação a esse aspecto, André de Godoy Fernandes (2009) observa que

esse movimento concentracionista foi facilitado pela ausência, no Brasil, de limites legais à concentração de veículos de mídia por um mesmo grupo econômico. Por aqui, nunca houve lei proibindo que uma mesma empresa ou família fosse proprietária ou controlasse, na mesma localidade, jornais diários, rádios, ou emissoras de televisão e empresas prestadoras de serviços de televisão por assinatura. (FERNANDES, 2009, p. 47-48)

A primeira cadeia de meios de comunicação, no Brasil, foi efetivada por Assis Chateaubriand. Ela começou com a aquisição d' O Jornal, em 1924, e se estendeu por quase 50 anos. Segundo Bahia, "é Assis Chateaubriand (...) que abre caminho no Brasil para o sistema de empresas de comunicação, na forma de cadeia ou rede agrupando sob um controle acionário jornais, emissoras de rádio e TV, revistas, agências notícias" (2009, p. 264).

Em 1930, o Brasil atravessou a crise política que interrompeu o esquema de revezamento entre Minas Gerais e São Paulo – a "política do café com leite". Segundo o acordo, o próximo presidente deveria ser mineiro. No entanto, o presidente da República Washington Luís, indicou para a sua sucessão o paulista Júlio Prestes, que ganhou as eleições de 1930 contra Getúlio Vargas. O governo de Minas Gerais, descontente e apoiado pelos estados do Rio Grande do Sul e da Paraíba se opuseram a candidatura de Júlio Prestes, e juntos formaram a Aliança Liberal<sup>12</sup>. O presidente Washington Luiz, neste momento, não possuía apoio da população e nem da imprensa, devido à crise econômica que provocava desemprego e dificuldades financeiras em todo país, especialmente por este ser baseado no modelo agroexportador e de monocultura. Assim, com o apoio da imprensa e da Aliança Liberal, Getúlio Vargas publicou o manifesto "Rio Grande, de pé pelo Brasil" e declarou uma revolução, partindo por ferrovia até o Rio de Janeiro, onde Washington Luiz foi derrubado em poucos dias de combate. Entretanto, a chegada de Vargas<sup>13</sup> ao poder implicou mudanças para a grande imprensa. Muitos jornais perderam seu brilho e acabaram desaparecendo, outros mudaram de proprietário ou sua linha editorial. Além do mais, o relacionamento amistoso entre a imprensa e o governo provisório não durou mais do que os momentos iniciais do mandato de Vargas, e influenciou no cerceamento da liberdade de expressão. Desta forma,

---

<sup>12</sup> Aliança Liberal foi uma aliança política efetuada em 1929 no Brasil, unindo grande parte dos opositores à candidatura de Júlio Prestes à presidência da República, e possibilitou a Getúlio Vargas tomar o poder no Brasil

<sup>13</sup> Durante todo o seu primeiro governo, de 1930 a 1945, o presidente Getúlio Vargas manteve uma relação conflituosa com a imprensa. E em 1939, por instituição do governo foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) responsável pela censura aos meios de comunicação

muitos jornais que apoiaram a deposição de Washington Luiz passaram ao campo oposto. A tensão entre imprensa e o governo só melhorou, segundo Luca (2011), com a convocação e instalação da Assembleia Constituinte, que reestabeleceu um período de relativa liberdade de expressão. Contudo, não foram poucas as vezes em que essas duas instituições entraram em conflito.

Com a instauração do Estado Novo, em novembro de 1937, era necessária a subordinação dos meios de comunicação ao poder executivo, para que o projeto político e cultural de difundir uma imagem positiva do regime se efetivasse. Assim, “o famoso artigo 122 da Constituição de 1937 (...) considerava a imprensa um serviço de utilidade pública, o que alterava a natureza de sua relação com o Estado e impunha aos periódicos a obrigação de inserir comunicados do governo” (LUCA, 2011, p. 171). A censura instalou-se novamente, sob a justificativa da necessidade de se manter a paz, a ordem e a segurança pública. Tentava-se, com isso, reprimir a divulgação daquilo que não fosse de interesse do poder político. Além disso, Luca afirma que “entre as várias punições aplicadas a empresas que descumprissem suas determinações contava-se a ‘suspensão de favores e isenções’, aí incluídas as preciosas bobinas” (2011, p. 173). Este cenário só mudaria com uma batalha no interior do círculo governamental. A imprensa teve um papel ativo no desgaste político que acabou com a deposição de Getúlio Vargas em 1945.

Em 1950, Getúlio Vargas volta ao poder pelo voto popular. O retorno do ex-ditador ao poder não agradou a grande imprensa, que estabeleceu uma conspiração do silêncio, o que nas palavras de Samuel Wainer significava que Getúlio só apareceria nos jornais se houvesse “algo negativo a noticiar” (WAINER, 1988, p. 126). Assim, em 1951, as bancas de jornais recebem um novo periódico, o Última Hora, dirigido por Wainer. Diferente de todos os veículos de imprensa até então publicados, o novo jornal possuía características que serviram como um braço da mídia apoiador do governo de Getúlio Vargas. O próprio Samuel Wainer, em seu livro *Minha Razão de Viver: memórias de um repórter*, faz questão de relacionar a criação do jornal à proposta getulista. Conforme explica o jornalista, a realização do jornal Última Hora começa quando Vargas indaga a ele sobre a ausência da imprensa tradicional e o desejo de criar seu próprio jornal.

“Tu reparaste que hoje não veio ninguém cobrir a reunião? Perguntou Getúlio. Respondi que sim, e observei que fora desencadeada a conspiração do silêncio.

- O senhor só vai aparecer nos jornais quando houver algo negativo a noticiar – preveni. – Essa é uma tática normal de oposição, e a mais devastadora (...)  
- Porque tu não fazes um jornal? respondi que aquele era o sonho de um

repórter com o meu passado. Ponderei que não seria difícil articular a montagem de uma publicação que defendesse o pensamento de um presidente, como era o seu caso, tinha o perfil de um autêntico líder popular.  
 – Então, faça – determinou Getúlio.  
 Perguntei se queria saber como faria.  
 – Não – cortou. – Troque ideias com a Alzira e faça rápido” (WAINER, 1988, p.127)

O jornal Última Hora vinha com o objetivo de romper com a lógica empregada por todos os outros jornais até então. Alberto Dantas explica que “a mídia refletia a reação da classe dominante, os conservadores e os chamados liberais que não aceitavam o resultado das urnas, das quais Vargas saíra vitorioso com 48% dos votos” (2014, p. 59). Com o sucesso do Última Hora entre as camadas mais populares, que defendiam o governo, o voto de silêncio logo cedeu. A principal reação veio do jornal Tribuna da Imprensa, dirigido por Carlos Lacerda. No entanto, o sucesso do novo periódico marcaria não só uma revolução na imprensa, como o início de sucessivas crises políticas que resultariam no suicídio de Vargas no ano de 1954.

O movimento que se sucederia com a revolta dos militares empenhados em impedir a volta de um governo getulista se manteria por todo o governo de Juscelino Kubitschek e João Goulart. A conspiração avançava com o respaldo da mídia tradicional. Segundo Bahia (2009), em 19 de março de 1964, organizado por Assis Chateaubriand, dono dos principais jornais do Brasil na época, e o governador de São Paulo Ademar de Barros, ocorreu a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, um prenúncio do golpe de Estado. O papel da imprensa nos acontecimentos que permitiram o golpe fora decisivo para a instalação da ditadura militar que tomou o país por pelo menos duas décadas.

A mídia se caracterizava como uma instituição capaz de reconfigurar o discurso político. Além do mais, o papel assumido pela imprensa contribuiu, também, para o engajamento da classe média ao movimento. Com a deflagração do golpe de estado em 13 de junho de 1964, a mídia comemorava. Segundo Dantas (2014), o título do editorial publicado pelo jornal O Globo, na edição de 2 de abril, era “Ressurge a democracia!”. O texto dizia que a nação vivia “dias gloriosos, graças à intervenção dos militares” (DANTAS, 2014, p. 68).

Nelson Werneck Sodré (1966) cita que, paralelamente à ação da mídia, desenvolviam-se várias atividades de entidades responsáveis pelo financiamento de candidatos “anticomunistas” em eleições parlamentares. Dantas (2014) chega a citar algumas dessas organizações:



O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) recebia, para tanto, recursos do exterior. Outra, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), constituído por empresários e militares, era voltada para ações “culturais”. As atividades dessas entidades se avolumaram de tal maneira que levaram à criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, perante a qual o tesoureiro do Ibad, Artur Oscar Junqueira, revelou que esse instituto financiara, nas eleições parlamentares de 1962, 250 deputados ou candidatos à Câmara. Esse financiamento alcançara a fabulosa quantia de cinco bilhões de cruzeiros (o salário mínimo na época era de 13.400,00 cruzeiros). (DANTAS, 2014, p.68)

Entretanto o apoio da imprensa ao golpe não impediu que os militares, uma vez instalados no poder, virassem-se contra ela. Jornalistas, assim como professores, intelectuais e todos os cidadãos suspeitos de subversão, foram presos e torturados. A mídia relatava as medidas de arbítrio, os chamados Atos Institucionais, e silenciava sobre as ameaças que pesavam sobre o país e sobre ela própria. Contudo, havia exceções e uma delas foi o jornal O Correio da Manhã, que assumiu corajosamente um papel de oposição ao governo golpista. Porém, o jornal enfrentou, por isso mesmo, problemas sérios, como o boicote publicitário que ocasionou o corte de parte da redação. Mas O Correio da Manhã seguia em sua posição, dando amplo destaque aos movimentos de oposição, como a Passeata dos Cem mil em 28 de junho de 1968, em protesto pelo assassinato do estudante Edson Luís de Lima Couto num confronto com a polícia. O fato ocupou quase toda a primeira página do periódico, além das páginas internas que relatavam todas as minúcias do crime (DANTAS, 2014, p. 69). O Ato Institucional 5 (AI-5) trouxe a censura, entre outras medidas, que, a partir de então, passou a atormentar as redações.

Os anos que se estendem entre 1960 e 1970 trazem transformações profundas no âmbito político, econômico e social. A ruptura democrática se expande e impõe um novo modelo político, apoiado principalmente pela classe média, pelo empresariado e pela oligarquia agrária (BAHIA, 2009). Em 1968 o regime militar reverte a ideia de que afundaria o país em uma profunda crise e tem um *boom* econômico fortalecido por uma política liberal de crédito. O PIB dá um salto de 10% ao ano, e o crescimento entra em uma fase acelerada. Em nome do “perigo comunista”, os militares afastam toda e qualquer tentativa de abertura política. A imprensa que apoiou o golpe se vê presa como todo o resto do país: acuada e censurada. A imprensa só tem liberdade para publicar os fatos a partir do final de 1979. Antes disso, os raros momentos de tolerância, de acordo com Bahia, foram “equivocadamente apontados como períodos de liberdade sem restrições” (2009, p. 327). O assassinato de Vladimir Herzog, nas instalações do DOI-CODI, no quartel-general do II Exército, em São Paulo, escancarou os absurdos da ditadura militar e da tortura.

A década de 1970 foi marcada pela atuação importante de uma imprensa alternativa, que se opunha ao caráter hegemônico da mídia tradicional, “formadora de opinião”. Essa imprensa era constituída de publicações como *Pasquim*, *O movimento*, *Opinião*, *Lampião da Esquina*, *Em Tempo*, *Brasil Mulher*, *Beijo*, *Ex*, *Versus*. Eram jornais de pequeno porte, que agrupavam pessoas que buscavam espaço para expor suas ideias, além de jornalistas, também havia intelectuais, estudantes, universitários, políticos afastados pelo regime. Segundo Susel Oliveira da Rosa (p.2), mais de 150 periódicos alternativos foram publicados entre os anos de 1964 a 1984. Muitos desses periódicos já nasciam censurados, enquanto outros não chegavam a sofrer censura direta.

De acordo com Kucinski (2011), esses projetos muitas vezes não ultrapassavam as primeiras edições. Dos mais de 150 jornais alternativos publicados na época, um em cada dois não chegava a completar um ano de existência – duravam pouco tempo, em consequência da censura, das sanções econômicas, dos desentendimentos e das saídas de jornalistas. Contudo, alguns autores afirmam que, mesmo por um curto período, esses jornais conseguiam se manter sustentados pela vontade (daqueles que frequentavam as redações) de reagir, de escrever o que não se podia dizer na grande imprensa. Os jornais alternativos que surgiram durante o regime militar enriqueceram as estratégias de resistência e a própria profissão na concepção de Kucinski.

Hoje a atividade jornalística também encontra suporte nos fóruns sociais, e, a partir da internet, possui um alcance muito maior e mais imediato. Ainda que com limitações e dificuldades, o jornalismo brasileiro tem revelado notável capacidade de inovação técnica e editorial, o que lhes permitiu vencer muitos desafios. A imprensa que enfrentou a repressão dos anos 1960/1970 faz parte desse processo de evolução. Ela se fez ouvir, provocou mudanças, abriu as portas para novos debates.

A partir da percepção do poder da imprensa na sociedade e no meio político, a elite passou a se utilizar de espaços criados em veículos de referência para influenciar a opinião da população e conduzir os debates, principalmente no campo político. O poder dessa elite está no que Marcos Alexandre e Renata Fernandes concebem como “a faculdade de forçar ou coagir alguém a fazer sua vontade, por causa da sua posição ou força, mesmo que a pessoa preferisse não fazer” (2006, p.145). Assim, a próxima seção irá analisar a relação entre imprensa e elite, a partir do pensamento do filósofo Pierre Bourdieu (1989), que explica como a comunicação cumpre uma função política de construir consensos, legitimar e/ou impor a hegemonia.

## 2.2 Imprensa e Elite: dois lados de uma mesma moeda

A história da imprensa brasileira se desenvolve junto à história da nação. São os primeiros jornais, como o *Correio Braziliense*, a *Gazeta do Povo* e a *Idade d'Ouro do Brasil*, que assistem e narram à transformação da Colônia na sede do Império e participam, mais tarde, do processo de instalação da República. Os periódicos que circulam pelo Brasil não apenas registram a história, como são parte da mesma. A imprensa no Brasil funciona, assim, como objeto e sujeito da história ao mesmo tempo – e, nessa condição, estará sempre se relacionando com as elites<sup>14</sup> do país, especialmente nos cenários de transformações políticas (que envolvem, também, as transformações no campo da comunicação).

De acordo com Maria Helena Weber (2004), o poder da mídia é proveniente da sua capacidade cultural e tecnológica de consolidar e reproduzir relações sociais e políticas através de discursos simbólicos. Por isso mesmo a imprensa representa um importante vetor para a difusão de ideias. Na mesma linha de pensamento, Venício de Lima observa que a mídia “é capaz de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações e crenças de outros e também criar acontecimentos mediante a produção e transmissão de formas simbólicas” (2006, p. 12). Desta forma, não chega a surpreender que, cada vez mais conscientes do seu poder de articulação política, os meios de comunicação atuem frequentemente como se fossem partidos políticos, potencializando as tensões entre os campos político e midiático, e interferindo diretamente nos rumos da democracia (WEBER, 2004).

Não poucas vezes, é através do produto jornalístico que o jogo político se torna compreensível ao público, pois as notícias funcionam como um guia da realidade, conferindo-lhe sentido político. Para pesquisadores como Pamela Pinto (2009), a imprensa não pode ser entendida apenas como algo complementar ao poder político, pois ela participa diretamente do exercício do poder ao transmitir discursos simbólicos e políticos. Para expressiva parcela dos estudiosos que já examinaram as estreitas relações mantidas entre a grande imprensa e os atores políticos, parece claro que os meios de comunicação – a partir de interesses ideológicos e financeiros muito específicos – atuam em conformidade com os interesses de uma elite à qual Jessé Souza (2006) chamará de *elite do dinheiro*. Trata-se de um segmento financeiro

---

<sup>14</sup> Neste trabalho, a definição de elite está ancorada à concepção de Charles Wright Mills, para quem “*la minoría poderosa está compuesta de hombres cuyas posiciones les permiten trascender los ambientes habituales de los hombres y las mujeres corrientes; ocupan posiciones desde las cuales sus decisiones tienen consecuencias importantes*” (2001, p. 12). Nessa perspectiva, aqueles que compõem as elites possuem forte influência sobre todos os atores envolvidos no jogo político.

que, segundo ele, comanda os grandes bancos e fundos de investimentos. Mas não apenas. Também circulam nesse universo as poucas famílias que controlam a grande mídia – as mesmas que sempre possuíram o privilégio de legitimar os arranjos políticos com seu capital financeiro e simbólico.

Para o filósofo Norberto Bobbio, “em uma sociedade, existe sempre, e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada” (1992, p. 386). Este fragmento da sociedade que detém condições e privilégios para exercer estrategicamente o poder decisório no setor político, econômico e ideológico é representado por essa minoria, a qual, segundo ele, pode ser chamada de elite. A importância da imprensa foi desde sempre reconhecida por essa elite, já que a mídia tem o poder de estimular o desenvolvimento social e, nesse processo, também a ação de partidos políticos. Os meios de comunicação representam, nesse contexto, um significativo instrumento de manutenção do poder dominante das elites, que buscam a todo tempo se reafirmarem.

O processo de selecionar fragmentos de uma realidade, tornando-os salientes e significativos nos produtos jornalísticos está relacionado ao que Rousiley Maia (2006) chama de "esquema interpretativos" dos próprios atores sociais envolvidos. Assim, a mídia não controla a política para agir tal qual os seus critérios. Na verdade, ela “cria e constitui um espaço no qual a política em grande parte acontece para maioria das pessoas nas chamadas sociedades avançadas” (BLUMBER; GUREVITCH *apud* MAIA, 2006, p.27). Está claro, nessa perspectiva, que o engajamento no debate político só é possível por meio da mídia.

Segundo Souza (2016, p. 19), no mundo moderno, para se apropriar e explorar a riqueza e o produto do trabalho do outro, é necessário, antes de tudo, “colonizar” o seu espírito. Criar, no imaginário, a ideia de que a subordinação ao outro pode ser benéfica. É nessa ambiência que se configura o poder exercido pelos veículos de comunicação. De acordo com o autor, os meios de comunicação adotam discursos estratégicos voltados para os interesses de poucos – os mais afortunados. No entanto, é preciso compreender também que "os membros da audiência trazem consigo conhecimentos, hábitos, interesses e critérios de relevância, os quais são decisivos para produção de sentidos sobre os produtos da mídia" (MAIA, 2006, p. 20). Ou seja, não é possível partir do pressuposto de que o receptor é passivo, ainda que a maioria tenha uma participação apática devido, principalmente, ao grande índice de analfabetismo, que, no Brasil, atinge 11,8 mil pessoas segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) de 2016, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Há ainda, instituições que extraem os insumos dos noticiários para provocar mudanças, buscando mostrar como a própria comunicação pode ser usada como meio de manifestação, inserindo, primeiramente em pequenos grupos, a noção de direito à comunicação e direito à informação. Na concepção de Maia (2006), “pensar os membros da audiência a partir de uma perspectiva sistêmica significa considerá-los não só como agentes individuais do processo interpretativo, mas também como atores que estão dispostos relacionalmente em estruturas hierárquicas, e envolvidas em complexos jogos de natureza cooperativa ou conflituosa (p. 29).

A cooperação ocorre a partir do aumento da compreensão do cidadão sobre os processos produtivos e sobre os impactos positivos e negativos decorrentes desses processos. Ao analisar a atuação das elites nesses espaços, Suzanne Keller observa que “a existência e permanência de minorias influentes constituem uma das características invariáveis da vida social organizada” (KELLER, 1967, p.13). Segundo ela, “pequena ou grande, rica ou pobre, simples ou complexa, uma comunidade tem sempre alguns de seus membros situados em posições de grande importância, poder ou destaque” (idem).

Uma análise da comunicação política a partir de uma perspectiva sistêmica, por meio de redes de influências cruzadas, é capaz de impedir visões redutoras ou simplificadas da instituição midiática. Aloysio Carvalho (2014) tem alguns estudos nesse sentido. Em uma retrospectiva histórica sobre imprensa e opinião pública no Brasil, ele observa que, no país, a concepção liberal é que atribui às elites o papel de intérprete dos interesses de toda a nação. Mais que isso: ela enquadra a imprensa em primeiro plano, enfatizando sua posição central como órgão de opinião pública.

Também é nessa perspectiva que Souza (2016) avalia a tendência da elite não só de legitimar seu poder (não raras vezes por meio dos órgãos de imprensa), mas também de criar uma “ordem legal” e um “discurso político-social” que a permite silenciar o que não pode ser visto. Assim, responsabiliza outras esferas por todas as mazelas sociais. Souza observa que, embora esse tipo de inversão da realidade ocorra em diversos países, no Brasil ela se dá de modo muito mais dramático e destruidor. Para ele, isso acontece, em grande parte, porque a elite do dinheiro nunca teve que se confrontar com elites subalternas<sup>15</sup>. Por conseguinte, não estabelece os compromissos mínimos que este tipo de confronto já gerou em outras sociedades.

---

<sup>15</sup> Segundo a concepção de Jessé de Souza, mesmo a elite é dividida em classes, sendo a primeira e mais importante, a elite do dinheiro, em seguida vem a elite intelectual, a elite política e por fim a elite jurídica e jornalística. Assim “elites subalternas” seriam todas as elites abaixo da elite do dinheiro, que, nessa perspectiva, são quem “realmente controlam o país” (SOUZA, 2016, p.23).

Há, desta forma, um processo consciente e cuidadoso, por parte dessa classe – que Souza chama de “elite do dinheiro” – para se criar uma hegemonia cultural. Isso acontece, em certa medida, em função das imprecisões que atravessam os conceitos de informação e comunicação. Segundo Ignacio Ramonet (2013), comunicação é o discurso que tem como objetivo elogiar uma determinada instituição, ao passo que a informação é um fato tal qual ocorreu. O que se percebe é que, desde os primórdios, as elites se ocupam de fabricar comunicações para que a massa seja capaz de agir contra seus próprios interesses. Ilusoriamente, essa elite faz com que a massa acredite que a variedade que a banca de jornal oferece significa uma variedade informação, quando, na realidade, há uma oferta muito limitada. Isso decorre do fato de que a maioria dos meios de comunicação, atualmente, pertence a grupos que possuem uma atividade econômica relevante, ou seja, a própria elite. Desse ponto de vista, é possível identificar uma aliança entre a imprensa e a elite especialmente destinada à construção de narrativas empenhadas em distorcer os fatos em benefício das classes socialmente mais favorecidas (SOUZA, 2016).

### **2.2.1 Manifestações de junho e a construção do golpe**

As manifestações ocorridas em junho de 2013 exemplificam bem essa aliança, ampliada e consolidada nos anos seguintes, até assumir a condição de importante estratégia no processo que, em 2016, culminou no impeachment da então presidente da República, Dilma Rousseff. As manifestações, inicialmente um protesto contra o aumento das passagens de ônibus na capital paulista, espalharam-se por grande parte do território nacional, capitaneadas pelo Movimento Passe Livre (MPL). Os jovens das camadas mais populares já revelavam, naquela ocasião, um descontentamento com o governo, especialmente em função das taxas de desemprego que afetavam esse segmento. Os grandes jornais e emissoras de rádio e TV produziram narrativas que responsabilizaram o governo federal pela crise em todas as esferas – inclusive naquilo que se referia à decisão sobre o aumento do preço das passagens, ainda que isso coubesse ao governo do Estado. Houve também os momentos em que se produziram narrativas que deslegitimavam os protestos. O Jornal Nacional, da Rede Globo, por exemplo, caracterizou a manifestação como “tumulto” que prejudicava o trânsito e causava incômodo. A partir do dia 12 de junho de 2013, passou a caracterizar os protestos como atos de “vandalismo” – palavra que se tornaria recorrente na cobertura do movimento (SOUZA, 2016).

As manifestações ocorriam em meio aos preparativos para a Copa das Confederações, que viriam a ocorrer neste mesmo ano, e dominavam os noticiários. Com o desenvolvimento dos protestos, o JN percebeu o potencial de crítica que tais movimentos tinham contra o governo federal. Na cobertura do dia 17 de junho de 2013, optou, assim, por modificar completamente a sua abordagem. As manifestações começaram a ser definidas como pacíficas, e bandeira brasileira passou a ser o seu símbolo, sob o slogan de “o gigante acordou”.

Os objetivos dos protestos passaram então a ser mais complexos: contra os gastos da Copa do Mundo, pela PEC 37<sup>16</sup>e, contra a corrupção. Para Souza, foi esse o momento em que a mídia passou a “se associar às instituições do aparelho jurídico-policial no processo de deslegitimar o governo eleito” (2016, p. 94). Não seria a primeira vez, já que movimento semelhante foi registrado no episódio que derrubou Getúlio Vargas em 1954, ano em que o então chefe de Estado se matou com um tiro no peito. A literatura registra que, naquela ocasião, eram frequentes as narrativas sistematicamente contrárias ao governo por parte de grandes jornais brasileiros. Carvalho (2014) observa que, nesse caso, em especial, a mídia condenou qualquer ação que se pautasse na inclusão social das camadas menos favorecidas da população – o que sinaliza uma resistência, tanto da elite quanto da imprensa, a uma maior participação dos setores populares na vida política. Na concepção do autor, sempre houve por parte dessas duas instituições – imprensa e elite – uma tentativa de monopolizar a opinião pública, de forma a dar uma conotação negativa às mobilizações sociais dos setores populares, já que, na percepção destes, isto colocaria em risco as tradicionais instituições.

Carvalho observa ainda que, historicamente, a mídia atua a partir de um princípio que toma, como pressuposto, a superioridade da elite e a imaturidade do povo. Nessa perspectiva, a participação política das massas, sem uma orientação da elite, acabaria provocando uma regressão social – o que colocaria em risco a civilização em que eles acreditam. Tal perspectiva encontrou amplo espaço nos textos jornalísticos – até porque a imprensa não age apenas como mediadora entre o poder da elite e o poder político, mas também como um dispositivo de produção do seu próprio poder. Em grande parte, este é, no entendimento de Souza (2016), um dos motivos pelos quais a elite – tal qual a imprensa tradicional que a apoia – se posiciona contra governos populistas. Pois compreender a educação como um dispositivo

---

<sup>16</sup> A Proposta de Emenda Constitucional 37/2011 previa incluir um novo parágrafo ao Artigo 144 da Constituição Federal, que trata da Segurança Pública. A alteração seria para mudar o poder de investigação criminal tornando-o exclusivo das polícias federal e civis, retirando esta atribuição de alguns órgãos e, sobretudo, do Ministério Público (MP).

fundamental para a ascensão social abalaria toda a estrutura de classes determinadas por esta instituição.

A imprensa, com todo o seu aparato jornalístico, articula e define todos os contornos da sociedade, reproduzindo estruturas. É através do enquadramento e da ordenação dos fatos que permite o seu reconhecimento e lhes atribui significado. Atualmente, esse processo se dá em um cenário de mudanças estruturais na imprensa. Souza (2016) observa que a relação de comando está ainda mais verticalizada, como em todas as organizações comandadas pelo capital financeiro. Isso, segundo ele, permite maior controle de conteúdo àqueles que ocupam as posições do topo, visto que “a informação é absorvida de cima para baixo” (2016, p. 114). Assim é que a grande imprensa brasileira mantém essa relação histórica com a elite, valorizando, não poucas vezes, os interesses individuais em detrimento dos interesses e demandas coletivas.

As distorções sistemáticas produzidas pela imprensa comprometem a confiabilidade que essas instituições possuíam em diversas camadas sociais – e é a partir dessas distorções que se darão as reflexões propostas nesse trabalho, sempre a partir de dois casos presentes na cobertura política: primeiro o da eleição de 2006 do ex-presidente Lula, que servirá para contextualização do processo de presunção de culpa, que se tornará ainda mais evidente durante o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

## **2.2 A construção discursiva da mídia**

A responsabilidade ética do jornalismo – fundada, em grande parte, no ideário do jornalismo como instrumento de fiscalização daqueles que detêm o poder – está na base das revelações que a imprensa faz dos segredos no campo político. Dentro dessa visão, a imprensa assume um papel de ‘cão de guarda’, sempre vigilante e pronta para denunciar comportamentos e atitudes abusivas ou lesivas ao interesse público. É a partir dessa concepção liberal que se originou o entendimento da imprensa como o quarto poder nas democracias modernas (MESQUITA, 2006; TRAQUINA, 2007). É o que torna comum, por exemplo, o caráter sedutor da prática da publicação de escândalos. E é também o que faz com que, em larga medida, o meio político dependa da mídia. A publicação de um determinado acontecimento pode assegurar o sucesso ou o completo fracasso de uma ação nesse campo – bem como o sucesso ou o fracasso de qualquer agente político (BOURDIEU, 1989; LIMA, 2006).



A corrupção é um dos temas preferidos da imprensa brasileira no universo dos escândalos políticos. Historicamente, o termo “escândalo” está relacionado à ideia de deslize das convenções morais, culturais e até mesmo legais. Para Thompson, ele está ligado a “ações ou acontecimentos que implicam certos tipos de transgressões que se tornam conhecidos de outros e que são suficientemente sérios para provocar uma resposta pública” (2012, p. 40). Antes do advento da imprensa, tais revelações partiam de pequenos grupos, compostos por aqueles que estavam de certa forma ligados ao poder, ou se encontravam muito próximos dele. Essa dinâmica se quebra com nascimento e amadurecimento da folha impressa, que passa a relatar e registrar esses escândalos.

Logo, essas ocorrências passam a configurar-se como “escândalos midiáticos”. O apogeu se dará a partir do surgimento e desenvolvimento da televisão, no século XX. Gradualmente, o escândalo assume novo *status* – o de *escândalo midiático* – dando contornos mais atrativos a acontecimentos que, em sua essência, vão além de meras transgressões, como observa Thompson:

Escândalos midiáticos são acontecimentos que se estendem muito além das ações ou transgressões originais que os constituem. Poderíamos descrever esses escândalos como eventos midiáticos, porque eles são eventos que são constituídos em parte pelas formas midiáticas de comunicação. A apresentação através da mídia, o comentário da mídia, não são características secundárias ou acidentais dessas formas de escândalo: elas são parte constitutiva deles. (THOMPSON, 2012, p. 91)

No terreno dos escândalos midiáticos, o campo mais fértil é, sem dúvida, o da política – seja pelo impacto que as ações políticas representam para a sociedade, seja pelo apelo desse tipo de notícia no universo de desejos e demandas das sociedades. Para Venício Lima (2006), um escândalo político midiático será sempre matéria-prima valiosa para a imprensa exatamente por envolver atividades ilegais, ou eticamente indecorosas, que tendem, em alguma medida, a prejudicar o cidadão comum:

Escândalo político midiático, portanto, é o evento que implica a revelação, através da mídia, de atividades previamente ocultadas e moralmente desonrosas, desencadeando uma sequência de ocorrências posteriores. O controle e a dinâmica de todo o processo deslocam-se dos atores inicialmente envolvidos para os jornalistas e a mídia (LIMA, 2006, p. 13)

No contexto brasileiro, os escândalos políticos mediados pela imprensa são uma constante. Ao recapitular a relação dos meios de comunicação com os escândalos políticos, Guareschi (2002, p. 15) relembra que a década de 1950, por exemplo, foi marcada por uma série de denúncias de corrupção e abuso de poder por parte do governo, sendo a mais

importante delas a que levou Getúlio Vargas ao suicídio. Já entre as décadas de 1960 e 1970 houve uma redução drástica da prática de publicização de escândalos midiáticos – evidentemente em função da censura imposta aos meios de comunicação pelo regime militar. Os poucos veículos – em geral publicações marginais – que ousaram denunciar más condutas no governo sentiram a força da repressão militar, como os jornais. De fato, e binômio, que eram amplamente divulgados em Minas Gerais.

Somente após o processo de redemocratização, a partir da década de 1990, é que o escândalo político volta a ter espaço no noticiário. Nesta década, o então presidente Fernando Collor de Mello deixa o poder após uma série de denúncias de corrupção e gestão fraudulenta que despertaram a insatisfação popular. No ano de 2005, um novo escândalo político midiático, denominado Mensalão<sup>17</sup>, ocupou as edições de toda a imprensa. Em 2014, um novo escândalo ganhou destaque na mídia. Trata-se da Operação Lava Jato, conduzida pela Polícia Federal a partir das investigações do Ministério Público, para apurar um esquema de corrupção na Petrobras. O discurso que marca a revelação dos fatos, isto é, a construção midiática dos dois escândalos políticos do Brasil que envolveram o Partido dos Trabalhadores foi determinante para criar uma ideologia de corrupção ligada à legenda – e ao projeto de sociedade defendido pela esquerda, a partir das políticas sociais.

O fato é que, no cenário contemporâneo, caracterizado pela emergência de variadas tecnologias, um acontecimento – em especial um escândalo político – só passa a existir efetivamente quando é projetado pela mídia. Mais que isso: a era da visibilidade altera de maneira significativa a forma de compreender a política e a maneira como a mídia atua. Durante os escândalos midiáticos, por exemplo, chama a atenção o esforço de persuasão, por parte da grande imprensa, a fim de convencer os receptores de que a narrativa que ela propõe é imparcial – portanto, livre de interesses e ideologias. Na prática, contudo, ocorre o contrário: há uma evidente partidarização dos meios de comunicação, o que os transforma em atores ativos dos conflitos políticos experimentados pelas sociedades (CARVALHO, 2014).

---

<sup>17</sup> *Mensalão* é o termo utilizado para designar um ato de corrupção em que parcelas vultosas de dinheiro são transferidas periodicamente e de forma ilícita para favorecer interesses específicos na esfera pública. O termo surgiu pela primeira vez no ano de 2005, durante o governo Lula, após a denúncia feita pelo então deputado Federal, Roberto Jefferson (PTB-RJ), que acusou a existência de um esquema de pagamentos para assegurar a aprovação de projetos de interesse do Executivo. Roberto Jefferson era acusado de envolvimento em processos de licitações fraudulentas envolvendo a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), ligados ao PTB, partido do qual ele era presidente. Antes que o caso fosse investigado pelo Congresso Nacional, em uma Comissão Parlamentar de Inquérito, o deputado decidiu denunciar o caso *Mensalão*, de modo a desviar a atenção dos parlamentares das denúncias que pesavam sobre o seu partido. Na ocasião, 39 agentes políticos e empresariais foram acusados do crime.

Portanto, em situações de disputas políticas, a imprensa tem o poder de legitimar as posições de um determinado grupo ao incorporar, na agenda midiática, os temas por ele privilegiados. É o que a literatura chamará de *agenda-setting* – processo pelo qual a partir da seleção, disposição e incidência de uma notícia, a mídia determina os temas sobre os quais o público falará e discutirá. Mas a imprensa também pode legitimar ou deslegitimar uma determinada visão de mundo – o que faz por meio do enquadramento, um conceito disseminado nas ciências sociais na década de 1970 pelo sociólogo canadense Erving Goffman. O conceito reflete que a experiência de cada indivíduo resulta de como ele enquadra a realidade ao seu redor, respondendo a certas situações sociais. Robert Entman ainda explica que, “enquadramentos são definidos tanto por aquilo que omitem, quanto por aquilo que incluem, e as omissões de definições de potenciais problemas, explicações, avaliações e recomendações podem ser tão críticas para conduzir as audiências quanto as inclusões” (ENTMAN, 1993, p.54).

Nesse sentido, o enquadramento se tornou um instrumento analítico importante na pesquisa sobre o papel político dos meios de comunicação (ENTMAN, 1994 apud PORTO, 1999). Dietram Scheufele (1999) destaca que, apesar de o enquadramento ter sido considerado, por alguns teóricos, um segundo nível da *agenda-setting*, é importante diferenciar esses dois conceitos: a *agenda-setting* se preocupa com a seleção e o destaque das matérias veiculadas (objeto), ao passo que o enquadramento atenta para a seleção e a saliência dos termos veiculados (atributos da transmissão). Desse modo, ambas as teorias são importantes para analisar a construção das narrativas veiculadas pelo Jornal Nacional, durante a cobertura do processo de impeachment da então presidente Dilma Rousseff, durante o ano de 2016. Portanto, torna-se pertinente analisar o papel do Jornal Nacional na construção de uma narrativa sobre o impeachment da presidente Dilma Rousseff. Já que sendo o telejornal um importante agente social, este teve o poder de influenciar nos conflitos políticos que permearam o processo de impeachment através da transmissão de suas notícias.

### 3. JORNAL NACIONAL

O Jornal Nacional foi o primeiro telejornal verdadeiramente nacional do Brasil. Com sua estreia em 1º de setembro de 1969, iniciou-se um novo conceito de noticiário. O JN, além de ser o principal telejornal brasileiro, é um importante agente social, pois, através das notícias que transmite, influencia a vida de milhares de pessoas. Nas palavras do editor-chefe, William Bonner “todo mundo conhece o Jornal Nacional. Todo mundo sabe em que canal de TV ele está e a que horas começa” (BONNER, 2009, p. 11). Isto porque o telejornal tem a maior cobertura do país. E todo mundo com acesso à energia elétrica e a uma televisão pode assistir ao jornal.

O JN se encontra no centro da esfera da mídia brasileira. Ele configura o que hegemonicamente se reconhece como um bom telejornal, ocupando posição de prestígio no campo jornalístico (GUTMANN, 2009). “Sendo o mais antigo programa televisivo jornalístico em exibição do país, o JN traduz marcas constitutivas e, portanto, genéricas, do telejornalismo brasileiro” (GUTMANN, 2009, p. 6).

O JN foi inspirado no modelo norte-americano. Segundo Paternostro (1999), o estilo de linguagem, a narrativa e a figura de repórter de vídeo vinham dos telejornais dos Estados Unidos. Armando Nogueira, então diretor da Central Globo de Jornalismo, e Alice Maria, editora nacional, conseguiram produzir um noticiário que se afastava da linguagem radiofônica, predominante à época (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p.12).

Conforme aponta Arbex (2003), a Rede Globo é um veículo informativo que, historicamente, orienta-se por interesses econômicos, financeiros e políticos. A TV Globo nasceu durante a ditadura militar, com apoio da transnacional estadunidense Time-Life. Graças a um acordo inconstitucional, a organização era, também, protegida pelos militares. O objetivo era estabelecer o “padrão Globo de qualidade” à imagem e semelhança dos padrões técnicos praticados nos Estados Unidos.

Desde sua criação, o JN, pelo fato de ser o primeiro noticiário transmitido em rede nacional, já se apresentava como o “telejornal da nação brasileira”. De acordo com Ribeiro (2004), o slogan utilizado pelo JN, então, era: “A notícia unindo seis milhões de brasileiros”. O segundo slogan seguia a mesma linha: “Três anos de liderança integrando o Brasil através da notícia”. Com isso, percebe-se que o JN concebe a si próprio como um telejornal que vai além da função de narrar fatos. Compreende-se, assim, como um espaço de reunião da

população brasileira e, de certo modo, acaba legitimando essa ideia, como será possível observar ao longo dos 49 anos de transmissão, completados em 2018.

Neste primeiro momento, é importante perceber como o JN de fato se empenhou na criação de um conceito de notícia com dimensões nacionais – o que se reflete em seu próprio nome. Segundo consta no livro *Memória Globo*, não houve reunião para discutir a escolha do nome do novo telejornal. “Jornal Nacional surgiu naturalmente, uma decorrência do fato de que seria um programa jornalístico para alcançar todo o país” (MEMÓRIA GLOBO, p.29, 2004). Além disso, o próprio produto jornalístico deveria atender a essa demanda: “as matérias deveriam ser de interesse geral, e não regionais ou particularistas. Os assuntos tinham que chamar atenção tanto do telespectador de Manaus quanto de Porto Alegre” (RIBEIRO, 2004, p. 39).

Os acontecimentos retratados precisavam, assim, atrair a atenção de telespectadores de norte a sul. Um exemplo das dificuldades iniciais de abordar temas de diversas regiões era a meteorologia. Nas primeiras exibições do Jornal Nacional, usava-se o adjetivo na previsão do tempo. “Tempo bom” para afirmar que faria sol e “mau tempo” para dizer que choveria. Até que alguns telespectadores queixaram-se: no Nordeste castigado pela seca, sol não representava tempo bom, mas o contrário. A partir de então, o adjetivo caiu, e passou-se a usar as expressões “dia ensolarado” e “dia chuvoso” (BONNER, 2009, p.15).

### **3.1 Jornalismo, ética e contexto político**

O jornalismo nasce sob o princípio, de acordo com o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, artigo 9º, de “divulgar todos os fatos que sejam de interesse público”<sup>18</sup>. Orientado por esse preceito, o JN apregoa, como seu principal objetivo, “mostrar aquilo que de mais importante aconteceu no Brasil e no mundo, com isenção, pluralidade, clareza e correção” (BONNER, 2009, p. 17). O papel socialmente desenvolvido pelo veículo, segundo Bonner, é o de fornecer informação de qualidade jornalística em televisão aberta. O ex-diretor geral de Jornalismo e Esporte da Rede Globo, Carlos Henrique Schroder, explica que a função do JN é abordar temas complexos e torná-los entendíveis em um jornal popular: “quando você torna aquilo mais claro, mais dinâmico ejjj inteligível para o telespectador, você atinge o seu

---

<sup>18</sup> Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros da Associação Brasileira de Imprensa. Disponível em: <http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/>. Acessado em: 11 de junho de 2018.

objetivo. Não é só levar informação - mas fazer com que ele entenda (SCHRODER *apud* BONNER, 2009, p. 23).

O Jornal Nacional nasce durante a ditadura militar, implantada no Brasil após o golpe de 1964. O programa tinha o patrocínio do Banco Nacional de Minas Gerais – dirigido por José de Magalhães Pinto que, na condição de governador de Minas, foi um dos líderes da intervenção militar. Pouco antes do telejornal ir ao ar, o locutor, em *off*, dizia: “Com o prestígio do Banco Nacional e das empresas do Grupo Nacional, você vai assistir agora uma emissão jornalística da Rede Globo”.

De acordo com Ribeiro, “à medida que a audiência aumentava, o Jornal Nacional era cada vez mais visado” (2004, p. 35) pelos militares. Segundo Chrystus (2002), a despeito da censura, “a Globo atingiu seu objetivo de tornar-se um modelo para o telejornalismo brasileiro – mais que isso, tornou-se o modelo único no país (...) de linguagem completamente diversa” (2002, p.75). É importante também salientar que a criação de um telejornal de caráter nacional era desejável pelos militares então no poder. Alguns dos acontecimentos considerados, desde aquela época, grandes feitos nacionais – como a criação das estatais ou a rodovia Transamazônica – datam desta época. Um jornal que unisse simbolicamente um país, povoado nas regiões Sudeste, Sul e litorânea, mas parcamente habitado nas regiões Norte e Centro-Oeste, era de interesse daqueles que queriam construir a imagem de um “grande país”. Portanto, embora o Jornal Nacional tendo nascido sob a égide da censura, ele não deixa de ser um projeto apoiado pelos militares.

Diante das dificuldades políticas para noticiar certos assuntos no âmbito nacional, Armando Nogueira decidiu fortalecer o jornalismo internacional, investindo na formação de correspondentes. Iniciou-se, assim, a instalação de escritórios da Globo no exterior. O primeiro foi inaugurado em 1973, em Nova York, sob a chefia de Hélio Costa. O segundo foi instalado em Londres e começou a funcionar em 1974, com a repórter Sandra Passarinho e o cinegrafista Orlando Moreira. Ainda que o jornalismo internacional tivesse mais liberdade que o jornalismo nacional, ele não escapou à censura. Um exemplo foi “a proibição de exibir qualquer imagem do senador norte-americano Ted Kennedy, em virtude dos ataques que fazia aos regimes militares latino-americanos por conta da violação dos direitos humanos” (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p.41-42).

A grande credibilidade do JN decorria, principalmente, da presença do repórter na cena do acontecimento, fosse no Brasil ou no exterior – pois isso dava ao noticiário um caráter testemunhal. Além disso, criava um imaginário de onipresença da TV Globo, já que,

através dos seus repórteres e demais funcionários, ela se mostrava capaz de estar simultaneamente em diferentes lugares do mundo.

### 3.2 Novas tecnologias e estética

A partir da década de 1973, as reportagens do Jornal Nacional passaram a ser produzidas regularmente, em filme colorido. Mas àquela altura já havia ocorrido, no país, transmissões experimentais em cores, como na Copa do Mundo de 1970. Boletins diários sobre a seleção brasileira eram transmitidos, em cores, diretamente do México para todo o Brasil. A primeira matéria colorida do JN foi transmitida em 19 de julho e era sobre o funeral do senador Filinto Muller (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p.52).

Inicialmente, a tarefa de transmitir o telejornal em cores se mostrou difícil, e os técnicos tiveram que participar de diversos cursos para assimilar e manejar a nova tecnologia. O apresentador Cid Moreira teve que usar roupas em tons pastéis, a fim de compensar a luz. Antes, empolgados com a novidade, os apresentadores ousavam nas cores, usando paletós verdes, cor de abóbora e quadriculados. Porém, 1975, a direção de jornalismo da Globo designou um profissional para escolher as roupas que os locutores e repórteres deveriam usar para aparecer na tela.

Em 1976, o JN investiu em outra nova tecnologia: foi inaugurado o *Electronic News Gathering (ENG)*. São unidades portáteis, constituídas de câmeras mais leves e sensíveis, e de transmissores de micro-ondas, videoteipes e sistemas de edição. Isso permitia o envio de imagem e de som diretamente do local onde se desenrolava o acontecimento acompanhado pela emissora (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p.90). A tecnologia acabou com o tempo gasto na revelação de filmes, facilitou a vida do cinegrafista e modificou a estrutura do telejornalismo.

Por causa do ENG, o formato narrativo do telejornalismo norte-americano, apoiado na performance de vídeo dos repórteres, tornou-se o padrão dominante no país. Até então, o repórter pouco aparecia, uma vez que era necessário economizar película. Depois que a nova tecnologia foi implantada, o repórter passou não só a ir ao local dos acontecimentos e apurar as informações, mas também a fazer o texto e ele mesmo apresentar. Esse novo sistema exigia mais dos repórteres em improvisação, memorização e reflexão sobre o conteúdo e o texto. Por isso, ainda em 1974, já prevendo a adoção do jornalismo eletrônico, a Rede Globo iniciou o treinamento de repórteres de vídeo, para serem aproveitados nas unidades móveis que fariam a transmissão diretamente dos locais dos acontecimentos. O objetivo do curso era dar aos profissionais algumas informações básicas sobre como segurar o microfone, evitar gesticulação excessiva, moderar as reações fisionômicas e colocar a voz (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p.91).

Ainda na década de 1970, o jornalismo da TV Globo passou a dar maior atenção a Brasília. Em 1973, Antônio Carlos Drummond assumiu a direção de jornalismo, com a missão de incrementar o noticiário político e aumentar a participação da capital nos telejornais de rede. No ano seguinte, os repórteres passaram a cobrir o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e os ministérios. Um dos destaques da reestruturação da cobertura política foi o processo de eleições diretas para prefeitos de capitais não consideradas de segurança nacional<sup>19</sup>, em novembro de 1976<sup>20</sup>. Essa abertura política na capital estimulou a emissora a investir também em outras regiões do país.

No início do ano seguinte, 1980, a Rede Globo montou escritório em Manaus, com o repórter Pedro Rogério e o cinegrafista José Carlos Azevedo. A equipe era responsável pela cobertura dos principais fatos da Amazônia e regiões vizinhas. O contrabando de armas na região do Alto Solimões, o conflito de terras no Acre, a reativação da estrada de ferro Madeira-Mamoré e o garimpo em Rondônia foram alguns dos destaques da região (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p. 88).

Na década seguinte, a Central Globo de Jornalismo (CGJ) investiu no aperfeiçoamento dos profissionais das afiliadas. A ideia era que todas as afiliadas trabalhassem com o padrão de qualidade da Globo, de forma que pudessem integrar o Jornal Nacional. Diretores de jornalismo da época, como Alice-Maria e Armando Nogueira, davam palestras a esses profissionais (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p.122). Outra novidade foi a introdução de um padrão na vestimenta dos repórteres. A então diretora executiva da CGJ, Alice-Maria, enviou, em 1985, um memorando a todos os apresentadores e principais repórteres, com conselhos sobre as roupas que estes deveriam usar quando estivessem no ar:

As sugestões resultaram de uma conversa de Alice com Cristina Franco e Boni (então superintendente de produção e programação da Rede Globo). Entre outras coisas, recomendava-se evitar listras muito fortes, coloridas e de contraste violento, assim como quadriculados de cores vivas. Ficavam proibidas roupas com estampas gráficas ou figurativas ou com dizeres de qualquer espécie. As apresentadoras não deveriam usar blusas de alça ou com grandes decotes. Deveriam evitar joias e bijuterias grandes demais, ostensivas, e brincos pingentes e brilhantes. Os apresentadores não poderiam usar paletós nos tons brancos e gelo e deveriam evitar gravatas lisas ou de acetato, que faíscam no vídeo (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p.150)

---

<sup>19</sup> *Capitais consideradas de segurança nacional* são cidades estratégicas estabelecidas dentro da doutrina de Segurança Nacional. São locais que a Escola Superior de Guerra identifica como principais focos de terrorismo, sabotagens ou cidades que podem desestabilizar a segurança do país, como o Distrito Federal, e as fronteiras.

<sup>20</sup> Durante a ditadura militar não era permitido o voto a presidente, governadores e prefeitos. Em 1976, no governo Geisel, começa-se uma reestruturação política, que permitiu que em algumas cidades do país que não fossem consideradas estratégicas para segurança nacional tivessem eleições diretas para prefeitos.



À medida que se desenvolvia, o noticiário ganhava novos contornos também sob o aspecto das narrativas e enquadramentos.

### 3.3 Novos formatos e diretrizes

Com o crescimento do JN, o volume de reportagens oferecidas aumentou muito, e foram necessárias a seleção e ordenação de conteúdo ainda mais criteriosa, feitas pelos editores. Por isso, Armando Nogueira resolveu, em 1985, criar editorias especializadas. Inicialmente, as editorias eram quatro: Brasil, Política, Economia e Internacional. Em 1989, foi criada a editoria de Ciência e Tecnologia, que acabou cerca de um ano depois (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p.151).

Em 1991, o JN passa a ser editado primeiramente por Carlos Absalão e depois pelo jornalista Xico Vargas. Com isso, o telejornal ganha “uma orientação um pouco mais investigativa e começou também a se aproximar mais do público, produzindo mais matérias ligadas à comunidade, ao direito do cidadão e a comportamento de modo geral” (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p. 233). No livro *Memória Globo: a notícia faz história*, Absalão relata que, na tentativa de consolidar esse conceito, alguns excessos foram cometidos, com a presença de muitas matérias sobre violência. Isso aconteceu principalmente em 1991, quando o Jornal Nacional teve que enfrentar a concorrência com a novela infantil Carrossel, exibida no mesmo horário pelo SBT. Assim que notou os exageros, Alberico de Sousa Cruz, então diretor da Central Globo de Jornalismo, determinou que a “rota inicial fosse retomada” (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p.233-234).

Em 1995, o jornalista Evandro Carlos de Andrade, vindo do jornal O Globo, assumiu a direção da Central Globo de Jornalismo. “Sua gestão foi marcada pelo aprofundamento da linha investigativa no noticiário, pela ênfase em questões relativas à cidadania e pelo fortalecimento do jornalismo comunitário” (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p.285). No ano seguinte, também vindo do jornal O Globo, Mário Marona, tornou-se editor-chefe do JN.

No dia 1º de abril de 1996, a principal bancada do telejornalismo brasileiro recebeu dois novos apresentadores: William Bonner, que apresentava o Jornal Hoje, e Lilian Witte Fibe na função de comentarista do noticiário. A dupla apresentou o telejornal diariamente até 1998, quando Lilian foi substituída por Fátima Bernardes. O novo casal de apresentadores se tornou o “casal 20 do telejornalismo” e símbolo da perfeição. Em 1999, William Bonner é convidado a assumir também a função de editor-chefe, algo inédito na história do telejornal.

O acerto da emissora pôde ser aferido pela audiência. A média do Ibope cresceu de 37 para 41 pontos na Grande São Paulo, depois que Bonner assumiu a função.

Após o falecimento do jornalista Evandro Carlos de Andrade, Carlos Henrique Schroder, então diretor de planejamento da CGJ, assume a direção da CGJ em 2001. Foi nesse ano que o jornalismo político foi incrementado. A partir de novembro de 2002, o JN começou a exibir sátiras dos fatos políticos, no formato das vídeo charges de Chico Caruso. Elas foram exibidas diariamente até fevereiro de 2006. Entre o período de março de 2003 a maio de 2006, o JN teve a participação do comentarista político Franklin Martins. Uma vez por semana, o jornalista comentava os fatos importantes na política nacional e analisava as principais medidas do governo e suas repercussões.

A partir de julho de 2009, a Rede Globo inaugurou a Direção-Geral de Jornalismo e Esporte (DGJE). Em função dessa mudança, Ali Kamel assumiu a gestão da Central Globo de Jornalismo, e Carlos Henrique Schroder a DGJE. Em setembro de 2012, seguindo as mudanças na direção geral da Globo, e a sucessão de Octávio Florisbal, então diretor geral da Rede Globo por Carlos Henrique Schroder, Ali Kamel assumiu a Direção Geral de Jornalismo e Esporte. Silvia Faria, que era diretora de jornalismo, assumiu a direção da Central Globo de Jornalismo.

No entanto, uma das principais mudanças no JN aconteceu entre 2015 e 2017, período em que o telejornal passava por um momento de baixa audiência, o que provocou uma mudança no cenário. O intuito era tornar o telejornal mais informal e interativo. A parte dedicada às previsões atmosféricas, anteriormente gravada durante a tarde, passou a ser ao vivo, com interações entre William Bonner e Renata Vasconcelos e a moça do tempo, Maria Júlia Coutinho, que vinha fazendo sucesso em outros telejornais da emissora, como o “Hora Um” e o “Bom Dia Brasil”, por causa do seu estilo informal. Tornou-se, assim, a primeira moça do tempo negra do JN em seus 49 anos de história.

O tempo de exibição do JN também se tornou mais flexível, variando de acordo com a programação do dia da Rede Globo. Bonner (2009) explica que essa flexibilidade do tempo é importante para que o telejornal possa cumprir o seu objetivo de mostrar o que de mais importante aconteceu naquele dia. A lógica é a de que, se um dia cheio de notícias depender de um tempo maior para que determinado tema importante seja abordado com mais profundidade, então o jornal terá maior tempo de exibição neste dia.

Como foi dito anteriormente, o JN chega a qualquer pessoa em consequência da enorme rede que a Globo possui. Hoje ela é composta por 123 emissoras. Esse formato garante que um grande número de cidadãos possa acompanhar, através do jornalismo

regional, todos os acontecimentos que afetam a sua cidade, e, ao mesmo tempo, acompanhar um jornal de abrangência nacional como o JN. O telejornal tinha por missão unir o país por meio da notícia e rapidamente se transformou no maior destaque da programação da TV Globo. Segundo Ana Carolina Temer (2002), “sua importância levou o [então] Presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho, a classificar o JN como ‘patrimônio da sociedade brasileira’” (p. 59).

O JN se mantém desde 2000 na mesma faixa de horário e entre duas novelas. O jornal busca atrair o telespectador não só em relação ao conteúdo, mas também em relação ao cenário, figurino e atitudes do apresentador. Assim, o JN foi programado para ser transmitido na hora do jantar da maioria das famílias brasileiras. E por isso, a linguagem deveria ser natural e espontânea.

A linguagem utilizada no Jornal Nacional e, posteriormente, em outros telejornais da rede era intimista. Pensava-se ‘numa família brasileira reunida na sala de jantar, em torno da televisão’, tal como antes ocorrera com o rádio. [...] as manchetes do Jornal Nacional eram curtas e fortes, e os apresentadores liam o noticiário alternadamente de maneira ágil. (BARBOSA, 2005, p. 212)

Porém, foi possível perceber, nos últimos anos, uma queda sistemática na audiência do JN, conforme aponta Valdecir Backer e Kellyanne Carvalho Alves:

Se na década de 1970 e 1980 era comum o telejornal apresentar índices de audiência superiores a 70 pontos, a virada do milênio também inverteu a lógica da audiência. Desde janeiro de 2000, a maior média mensal da audiência foi 44,2%, registrada em junho de 2004. Comparativamente em outubro de 1985, a média foi 62 pontos. Considerando a média anual, o maior índice registrado desde 2000 foi em 2004, quando obteve 39,8 pontos. Em 1989, era 60 pontos. (BACKER; ALVES, 2015, p. 88)

Em 2017, por exemplo, a cobertura do tiroteio em massa Las Vegas rendeu uma média de 38 pontos e 40 de pico, com 50% de participação em São Paulo. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), foi o melhor desempenho do telejornal desde 2011, que apresentou uma queda de audiência após a saída da jornalista Fátima Bernardes<sup>21</sup>. No entanto, o JN, continua com uma audiência muito mais alta que a de

---

<sup>21</sup> “JN cai 18% sem Fátima Bernardes e tem o pior ano da história”. Disponível em: <http://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/televisao/jn-cai-18-sem-fatima-bernardes-e-tem-o-pior-ano-da-historia-1460>. Acesso em: 11 de junho de 2018

seu concorrente direto, o Jornal da Record<sup>22</sup>. Segundo o instituto, isso se dá em consequência do reconhecimento, por parte de grande parte da população, da qualidade técnica do programa e dos profissionais envolvidos. A alta credibilidade do jornal, atestada nas pesquisas de audiência, foi capaz de influenciar de modo direto os rumos da política no país (LIMA, 2006).

O formato e a estrutura do noticiário atraem o telespectador. A programação do telejornal, por exemplo, é composta prioritariamente por *hard News*. Assim, a vocação do JN está em divulgar temas factuais – aqueles que ocorrem desde o fechamento da última edição até o fechamento da edição atual. Entretanto, há momentos de respiro no jornal, especialmente por meio das notícias esportivas. Em dias em que a massa de notícia diminui, Bonner (2009) explica que o JN torna-se mais analítico e mais profundo, em oposição aos outros dias em que é mais dinâmico, tenso e um pouco crítico.

Ainda conforme a concepção de Bonner (2009), o JN se apresenta como um telejornal cuja única função é informar e, assim, não é papel do jornal demonstrar sua opinião sobre os fatos. Entretanto, é possível notar a opinião do JN por meio de seus enquadramentos e textos, tanto nas questões políticas como naquelas que demonstram o envolvimento da emissora em questões de cunho social. No campo político, principalmente, a intervenção direta dos diretores da emissora – ou até mesmo de Roberto Marinho, segundo Carlos Eduardo Lins da Silva – influenciava o tipo de notícia produzida e certos enquadramentos adotados pelo telejornal. É de conhecimento geral de profissionais de jornalismo que o que é noticiado precisa estar de acordo com a ideologia e com os interesses dos donos dessa empresa. O argumento de Bonner para esse aspecto é o de que o JN é um produto.

### 3.4 O JN e o âncora

A figura do âncora é aquela que interliga os acontecimentos dentro do telejornal e que busca estabelecer ligações entre os conteúdos trabalhados e o público receptor desses conteúdos. Além disso, a ancoragem proporciona uma abertura para que os jornalistas envolvidos na edição e na reportagem possam fazer intervenções, comentários e entrevistas não previstos nos roteiros. A forma carismática com que eles transmitem as notícias afeta o público e não são raras as ocasiões em que o telespectador, através do aparelho televisor,

---

<sup>22</sup> “Audiência da TV: JN é 8 vezes mais visto que o Jornal da Record, que empata com Jornal da Band” Disponível em: <https://rd1.com.br/audiencia-da-tv-jn-e-8-vezes-mais-visto-que-o-jornal-da-record-que-empata-com-jornal-da-band/>. Acessado em: 11 de junho de 2018.

sente-se em plena interação com o âncora. Assim, a credibilidade do telejornal passou a ser pelo menos parcialmente atribuída a quem o apresenta. Esse profissional carrega a responsabilidade sobre o que está sendo noticiado, pois o espectador vincula a veracidade da notícia a ele (SILVA, 2009, p.37).

A partir da postura do âncora, é possível compreender a mensagem que uma emissora de TV está tentando passar, uma vez que os telejornais não se restringem ao simples repasse de informações. Os telejornais também atuam no processo de formação de opinião – especialmente por meio de técnicas de agendamento e enquadramento, considerando o valor-notícia de cada acontecimento narrado. Os noticiários veiculam algumas notícias e ignoram outras conforme os interesses e ideologias dos proprietários da empresa jornalística (WOLF, 1985; PORTO, 2004). É possível observar, por exemplo, os interesses presentes por trás da figura do próprio âncora, que funciona como porta voz da emissora, exatamente por assumir o papel de vitrine do jornal. Na maioria das vezes, essas observações são feitas de forma a passar despercebidas pelo olhar do telespectador, que nem se dá conta do jogo de interesses por trás deste discurso. Desta forma, esse telespectador é facilmente capturado pelas ideias que lhe estão sendo transmitidos. Nesse estudo, ao propor reflexões sobre a maneira como os discursos dos apresentadores do Jornal Nacional são construídos, busca-se examinar, principalmente, a maneira como os âncoras dialogam entre si e com o público, as linguagens corporal e oral que eles acessam e o grau de interação estabelecido com os telespectadores.

No dia a dia, o telespectador toma o âncora “como alguém capaz de defender seus interesses e manifestar suas posições, apto a expressar às autoridades, aos políticos ou a representantes da sociedade civil aquilo que ele próprio gostaria de falar” (FECHINE, 2008, p.1). Camila Pérez Gonçalves da Silva (2009) afirma que as características do âncora mais comumente observadas pelo público são “seu carisma, credibilidade e talento para apresentar” (p.1). A autora define o âncora como “um jornalista que participa de todo o processo de produção de um telejornal e que não só apresenta, como também comenta, interpreta e opina sobre as notícias” (SILVA, 2009, p.1).

A função de âncora foi consolidada no Brasil em 1988 por Boris Casoy, no noticiário Telejornal Brasil, transmitido pelo SBT. Nesse papel, ele foi precedido por Joelmir Beting, da Rede Bandeirantes – que não obteve tanto prestígio quanto Casoy (SILVA, 2009). A chegada de um jornalista que emitia juízo de valor sobre determinadas notícias – com comentários do tipo “isto é uma vergonha”, inaugurado por Casoy – causou um aumento instantâneo na audiência do telejornal, fazendo com que as outras emissoras também passassem a adotar outros estilos de apresentação. (TOLENTINO; SOUZA, 2014).

A Rede Globo, que até então mantinha seu estilo frio, substituiu, em abril de 1996, os apresentadores Cid Moreira e Sérgio Chapelin pelo casal de jornalistas William Bonner e Lillian Witte Fibe. Na verdade, este foi um momento de mudança geral no telejornalismo da Globo, que não se limitava à troca de apresentadores. Novos cenários e uma edição mais dinâmica também foram adotados (REZENDE, 2000, p. 133).

Ainda que exista uma proximidade entre os termos *âncora* e *apresentador de telejornal*, frequentemente usados por alguns estudiosos e profissionais do jornalismo como se fossem sinônimos, determinadas características diferem o tipo de trabalho desempenhado por cada um. O apresentador funciona como um locutor de notícias, apenas apresentando-as, ao passo que o âncora, além de apresentar a informação, posiciona-se a respeito.

É certo que, em consequência da visibilidade alcançada por suas funções, os âncoras e apresentadores precisam possuir algumas características específicas, já que a credibilidade do telejornal depende do trabalho desenvolvido por eles. O discurso apresentado pelo jornalista não é apenas oral, mas está presente também na forma como ele se comporta, como se veste, no seu aspecto físico e na sua linguagem corporal, como observam Brittos e Rühee:

O conjunto envolvendo postura, boa aparência e desenvoltura do apresentador traz sua contribuição, mas a linguagem e a forma de narrativa utilizada terão uma função especial na dinâmica de atrair a atenção de quem está ouvindo e assistindo ao programa. Por isso que é preciso causar boa impressão desde o princípio, para manter o telespectador atento ao telejornal (BRITTOS; RÜHEE, 2007, p. 53).

Em contrapartida, o vínculo que se estabelece entre o âncora e o público é resultado de uma relação íntima e diária entre ambos. Como já citado anteriormente, essa relação entre o enunciador e o receptor é responsável pelo grau de confiança dos telespectadores nas informações apresentadas. Segundo Brittos e Rühee (2007), o “olá” dito pelo âncora assim que se inicia o programa, além de fatores como o enquadramento de câmera mais fechado, que traz uma sensação de proximidade maior, são alguns dos atos responsáveis por essa intimidade instituída. Através de tais comportamentos, o âncora se torna, para o público, alguém mais próximo e familiar, alguém de quem ele conhece as opiniões, alguns aspectos da vida, o jeito de falar, e até mesmo algumas preferências pessoais. Barbeiro e Lima (2002), quando falam desse profissional, destacam que ele não é “a estrela do telejornal, mas é o rosto mais conhecido e familiar do telespectador” (2002, p. 76).

### 3.4.1 Os âncoras do Jornal Nacional

A primeira dupla a apresentar o Jornal Nacional foi Hilton Gomes e Cid Moreira. Os apresentadores liam a cabeça da matéria, como locutores, sem interagir um com o outro. Além disso, mantinham uma postura severa, sem proximidade com o público. A cada início de edição, como marca do JN, desejavam “boa noite” ao público telespectador. No entanto, a ideia do então diretor da Central Globo de Jornalismo Armando Nogueira era se diferenciar do Repórter Esso, e não criar um clima de intimidade entre os apresentadores e o público.

Em 1971 a chegada do *teleprompter*, aparelho situado abaixo da câmera, onde é projetado o texto a ser lido pelo locutor, permitiu que os apresentadores lessem as notícias com maior naturalidade, sem a necessidade de ficar constantemente olhando para baixo e, assim, passando a encarar o telespectador, de forma a garantir maior credibilidade aos conteúdos lidos (SOUZA, 1984).

Com a saída de Hilton Gomes em 1972, a Globo chamou Sérgio Chapelin para fazer um teste e contratou-o. Segundo Gomes “o pessoal da Globo estava mesmo à procura de um locutor mais jovem e menos formal” (SOUZA, 1984, p.236). O antigo apresentador chegou a aconselhar Chapelin a não fazer uma locução passiva, mas, sim, transmitir sensibilidade, de forma a valorizar a notícia e prender a atenção do telespectador. Dessa forma, ao assumir a bancada do JN, o apresentador adotou uma postura de equilíbrio, na qual não se mostrava distante da matéria, nem supervalorizava sua interpretação.

Após onze anos representando o rosto do JN, Sérgio Chapelin deixa a Rede Globo, para apresentar o programa *Show sem limites*, no SBT. A experiência não dá certo, mas ele só retorna à emissora em 1984. Celso Freitas, que já apresentava as notícias locais de Brasília no Jornal Nacional, foi então convidado a apresentar o telejornal. O diferencial do novo apresentador era que ele tinha a preocupação de ter conhecimento sobre o que estava falando. Não queria apenas ler a notícia. O próprio jornalista conta que, certa vez, recebeu um conselho de Heron Domingues, o qual guardou com muita atenção: que ele “procurasse conquistar a simpatia do público através da maior naturalidade possível, sem ter a pretensão de aparecer mais do que a notícia” (SOUZA, 1984, p.242).

Ao longo de 16 anos de história, o JN sofreu uma série de mudanças: nas técnicas de apresentação e produção da notícia; na tecnologia, com a utilização regular de satélite de comunicações e miniaturização dos equipamentos; na adaptação da linguagem aos tempos de liberdade política, a partir da década de 1980. Com o fim da ditadura, em 1985, os veículos de comunicação ganharam mais liberdade para se expressar. Entretanto, segundo a então editora

da época, Alice Maria, a mudança não foi instantânea. A ex-editora conta que a equipe aprendeu aos poucos a fazer o jornal da abertura política, uma vez que “isso não se consegue de um dia para o outro”, especialmente em períodos de transição “da censura para a abertura” (SOUZA, 1984, p.266).

Nesse período, o Jornal Nacional já havia encontrado sua identidade e seu formato. Abandonaria, a partir desse ponto, a fase do apresentador no estúdio que apenas lia as manchetes de forma distante e assumiria um estilo mais denso, trabalhando matérias de maior profundidade. Segundo o Memorial da Rede Globo, em consequência desse novo formato da pós-ditadura, o JN passou a se preocupar em se fazer entender também pelo público menos esclarecido, que agora passaria a ir às urnas para escolher o presidente da República. Assim, tentava contextualizar e explicar, através de uma linguagem simples, informações políticas e econômicas.

Para isso, adotou a participação de comentaristas especializados, como Paulo Henrique Amorim, Joelmir Beting, Lillian Witte Fibe e Alexandre Garcia. O intuito era tornar o jornal mais descontraído e flexibilizá-lo, através de uma linguagem mais coloquial. O noticiário tornou-se um pouco mais investigativo e, paralelamente, começou a produzir matérias ligadas à comunidade, ao direito do cidadão e a comportamento em geral, de modo que houvesse uma aproximação maior com o público.

Em 1989, Sérgio Chapelin, que já retornara à emissora cinco anos antes, volta a integrar a bancada do Jornal Nacional, ao lado de Cid Moreira. No entanto, em março de 1996, a dupla foi substituída por William Bonner e Lillian Witte Fibe. O objetivo era colocar à frente do telejornal jornalistas profissionais, envolvidos com a produção das matérias (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p.287). Buscava-se, assim, “dar maior credibilidade às notícias e dinamizar as coberturas”. Evandro Carlos de Andrade assegurava que a emissora queria os apresentadores respondesse “o máximo possível sobre os textos que leem” (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p.288). Schroder, diretor de planejamento naquela ocasião, justificou o que foi umas das maiores inovações do Jornal Nacional:

Todas as pesquisas indicavam o êxito dos nossos locutores. Mas eu sentia a necessidade ao longo dos anos de ter jornalistas na bancada, para que houvesse agilidade. Na primeira conversa com Evandro, mencionei isso, e ele foi absolutamente receptivo, dizendo que, como espectador, tinha a mesma impressão. E deu sinal verde para o projeto. Vendo retrospectivamente, parece que foi uma decisão fácil de tomar. Mas não foi. Qualquer mudança no Jornal Nacional é muito complicada, porque se trata do principal telejornal da casa e do país. É um dos principais programas da TV Globo (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p.288).



Apesar das dificuldades, Schroder se recorda da certeza que alimentava em relação ao êxito da decisão tomada:

Ter jornalistas como apresentadores dá a possibilidade de improvisar, de intervir no noticiário no momento em que ele está no ar. Permite a realização de entrevistas ao vivo, perguntas a repórteres, e entrevistados. Permite um arredondamento de certas matérias. Esse nunca foi o papel dos locutores, a quem apenas cabia ler o que tinha sido escrito. Por mais competentes que fossem, e eram monstros sagrados da locução, os melhores do país, eles não foram formados para desempenhar o papel de jornalistas. Fazer a mudança com eles seria desonesto em primeiro lugar com eles próprios. Foi uma decisão difícil, mas histórica (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p.288).

Em 1998, a principal bancada do telejornalismo é novamente alterada. Lilian Witte Fibe deixa o JN para assumir a edição e a banda do Jornal da Globo. Sandra Annenberg é escalada em caráter provisório para assumir a função. Em março daquele mesmo ano, o JN passa a ser apresentado por William Bonner e Fátima Bernardes. Em setembro de 1999, Mário Marona, o editor-chefe, deixa o cargo, passando a responsabilidade para William Bonner. O apresentador, então, acumulou as funções de editor-chefe e âncora do Jornal Nacional. A escolha de Fátima Bernardes foi estratégica: o casamento com Bonner e a transmissão da imagem tradicional da família geravam uma identificação com parte das famílias que se reuniam para assistir ao noticiário. “Os apresentadores do JN representam e traduzem todo o sentido de tradição e conservadorismo do telejornal. [...] O exemplo de casal feliz, bonito e bem-sucedido é uma peça fundamental na composição do território limpo, discreto, quase asséptico do programa” (GOMES, 2005, p.10).

Durante os anos em que o casal apresentou o telejornal, um enquadramento mais aberto foi adotado. O intuito era possibilitar maior interação entre eles. Além disso, houve uma tentativa de maior aproximação com o público, usando palavras como “você” (BARA, 2010). Segundo o Memorial da Rede Globo, Fátima Bernardes cedeu sua posição para a apresentadora do Fantástico, Patrícia Poeta, em dezembro de 2011, para dedicar-se a um novo projeto, um programa de entretenimento. No entanto, a mudança de casal fez com que a audiência do jornal apresentasse uma queda progressiva.

Segundo o Painel Nacional de Televisão, que mede a audiência em todo o território nacional, o índice do Jornal Nacional, que em janeiro de 2012 marcava 31,9 pontos, em novembro de 2012 passou a 26,7, ou seja, uma queda superior a cinco pontos percentuais. A nova apresentadora adotou uma postura mais leve em relação aos antigos padrões do JN, como forma de aumentar a proximidade com o público. Contudo, três anos depois, em 2014, Patrícia Poeta deixa o JN, que passa a ser comandado por Renata Vasconcellos e William Bonner.

#### 4. O JORNAL NACIONAL E A COBERTURA POLÍTICA: DA DITADURA AO CASO DILMA ROUSSEFF

O Memorial da Globo registra que, durante os primeiros anos do Jornal Nacional, o jornalismo político não consumia grandes espaços na programação do telejornal. Isso muda com a chegada do jornalista mineiro Antônio Carlos Drummond, que, a convite da emissora, assumiu a direção do jornalismo da Globo em Brasília, em 21 de abril de 1971 – depois de passar quatro anos em Minas Gerais, onde foi assessor do então governador Israel Pinheiro entre os anos de 1966 e 1970. Com a chegada de Antônio Carlos a Brasília, a Globo passou a incrementar o noticiário político e aumentar a participação do Distrito Federal nos telejornais, principalmente no JN (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p.49-50).

O Brasil da época ainda era governado pela ditadura militar. Antônio Carlos Drummond conta, no Memorial, que, assim que assumiu, pediu uma audiência com o assessor de imprensa do presidente Médici, para tentar autorização para cobrir as ações do governo, mas não foi recebido. Em 1974, com a mudança na Presidência, Ernesto Geisel abriu o Congresso Nacional, assim como o Palácio do Planalto e os ministérios para a imprensa. No entanto, a abertura proposta por Geisel era cheia de avanços e recuos. Quando o ex-presidente Juscelino Kubitschek morreu, em agosto de 1976, a Globo transmitiu uma edição extra de três minutos. O Memorial da emissora registra que os militares não gostaram e mandaram um recado: a notícia deveria ser dada com menos emoção pelo Jornal Nacional.

O processo de reestruturação da cobertura política do JN coincidiu com as eleições diretas para prefeitos de capitais não consideradas de segurança nacional, em novembro de 1976. Pela primeira vez, segundo o Memorial, o jornalismo investiu em uma cobertura desse tipo. Do dia 15 ao dia 17 de novembro, o JN apresentou edições especiais, atualizando a votação e a apuração dos votos (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p. 72). Já em 1982, nas eleições para governador, a Globo prometia um *show* de eleição. O diretor de jornalismo da época, Armando Nogueira, chegou a publicar um manual de 341 páginas para cobrir eleições. A cobertura foi tão polêmica que quase mudou os rumos da eleição no Rio de Janeiro. A candidatura de Leonel Brizola, além de não agradar os militares, não agradava a Roberto Marinho. Assim, o dono das organizações Globo tentou sistematicamente prejudicar o candidato por meio da sua rede de televisão. Hélio Fernandes (2004) conta que, em 1963, o presidente João Goulart pretendia nomear Brizola para o Ministério da Fazenda. Marinho, no entanto, interferiu.

Roberto Marinho e o embaixador dos EUA, Lincoln Gordon, tinham total intimidade com Jango, entravam sem bater no próprio quarto particular do presidente e sentavam na sua cama. E foi dessa posição, suspeita, mas privilegiada, que Gordon e Marinho tranquilamente disseram ao presidente: "Jango se você nomear Brizola Ministro da Fazenda, não terminará o mandato". Jango não nomeou e não terminou (FERNANDES, apud DAS NEVES SOUZA, 2016, p. 141)

Nas eleições de 1982, Marinho queria derrubar Brizola novamente. O candidato, Moreira Franco, a deputado estadual pelo PDS afirmava que Brizola perderia no interior, pois o seu eleitor não sabia votar. Assim, a estratégia da Rede Globo era a de começar a divulgação das apurações pelo interior, onde Brizola perdia. A Proconsult foi a empresa contratada pelo Tribunal Regional Eleitoral, e também pela Globo, cujo programador era um ex-oficial do Exército. O intuito era tirar votos de Brizola e dar ao concorrente Moreira Franco, do PDS. Assim, o JN divulgaria os falsos resultados e, como a Proconsult era uma empresa de credibilidade, a farsa se sustentaria. No entanto, o Jornal do Brasil decidiu contratar uma outra empresa de apuração e divulgou resultados com números diferentes, que sinalizavam o contrário (SOUZA, 2007). Saturnino Braga, que havia sido eleito senador pelo PDT, acompanhou toda negociação entre a Globo e a Proconsult. O senador conta que o próprio diretor de pesquisas da emissora, Homero Sanchez, avisou a Brizola de que ele perderia a eleição (SOUZA, 2007). Desse modo, o partido de Brizola decidiu montar um esquema de acompanhamento de apurações, com pesquisas durante toda a campanha.

A pesquisa do dia já mostrou, ainda que de forma rudimentar, que o Brizola tinha ganhado. Começou a apuração com o Brizola na frente e, de repente, passou a se distanciar, [...] Brizola pôs *a boca no trombone*, convocou a imprensa internacional. Procurou a empresa que tinha organizado o programa de computador. [...] nesse esquema de apuração havia uma diferença entre o resultado que chegava e que a Globo acompanhava, e o que o César Maia e a própria população percebiam.<sup>23</sup>

A Globo, por meio do seu principal telejornal, o JN, queria contribuir para a derrota de Brizola. Luiz Carlos Cabral (1986, p. 12) afirma que chegou a procurar Marinho para pedir que jogasse mais votos da capital nos computadores da Globo, porque as equipes de reportagem estavam sem condições de trabalhar nas ruas. O telespectador provocava os repórteres, e um *slogan* ficou famoso: "o povo não é bobo, abaixo a Rede Globo". Entretanto, para o desgosto de Marinho, Brizola foi eleito para o governo do Rio de Janeiro em 1982 e novamente em 1990. Durante o período de seu mandato, o JN transmitia apenas notícias que denegriam a imagem do governador.

---

<sup>23</sup> Entrevista de Saturnino Braga à Florentina das Neves Souza para o artigo "Espetáculo e escândalo na cobertura política do Jornal Nacional".

Em 6 de fevereiro de 1992, o Jornal Nacional exibiu trechos do editorial que Marinho publicaria no dia seguinte, no jornal O Globo. Nele, o presidente das Organizações Globo acusava o governador de sofrer de "declínio da saúde mental". Brizola pediu direito à resposta e, no dia 15 de novembro de 1992, o JN foi obrigado a colocar no ar um texto de três minutos, produzido por Brizola, atacando Roberto Marinho. Em um dos trechos, ele diz: “não reconheço à Globo autoridade em matéria de liberdade de imprensa, e basta para isso olhar a sua longa e cordial convivência com regimes autoritários e com a ditadura de 20 anos, que dominou nosso país. Todos sabem que crítico há muitos tempo a TV Globo, seu poder imperial e suas manipulações”.<sup>24</sup>

#### 4.1 Diretas Já

Em 1982, a Rede Globo praticamente ignorou a campanha pelas eleições diretas para presidente. O Jornal Nacional omitiu todos os eventos inseridos no movimento e chegou a distorcer alguns fatos, como foi o caso do comício em São Paulo em 25 de janeiro de 1984, que reuniu quase mil pessoas. O telejornal transmitiu o evento como se fosse uma comemoração pelo aniversário da cidade, exibindo, principalmente, a presença de artistas. Segundo Mario Sérgio Conti (1999), o ministro Leitão de Abreu, da Casa Civil, teria conversado com Roberto Marinho e o teria convencido de que a campanha era nociva ao governo do presidente João Baptista Figueiredo. Sendo assim, era melhor ignorá-la. Entretanto, isso não foi bom para a credibilidade da rede:

(...) a mesa de Roberto Marinho foi coberta por telex, telegramas e cartas de protestos contra as distorções no noticiário. Algumas delas assinadas por anunciantes e donos de agências de propaganda. “Se a Globo continuar ignorando as *diretas*, corre o risco de perder verba publicitária”, avisou o diretor de Comercialização, Dionísio Poli, a Roberto Marinho – que relutava em deixar focalizar o povo nas ruas (CONTI, 1999, p. 37).

Com isso, a Globo se chocou com seu público, pois sua cobertura ia na contramão da vontade popular. Seus repórteres eram tratados como inimigos nas ruas, enquanto os repórteres da Bandeirantes e da Manchete eram recebidos com simpatia (CONTI, 1999). Somente dois meses depois do desastre, na cobertura manifestação, foi que a Globo pôde se recuperar. Roberto Marinho concordou em noticiar um comício que aconteceria no Rio de

---

<sup>24</sup> Discurso de Leonel Brizola em resposta ao editorial escrito por Roberto Marinho para o jornal O Globo, e que teve partes citadas no Jornal Nacional. O discurso na íntegra pode ser encontrado em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/3/16/brasil/29.html>. Acesso em: 13 de junho de 2018

Janeiro. De acordo com Conti (1999) “com a cidade parada, a expectativa do comparecimento de 1 milhão de pessoas e a previsão de se cantar o Hino Nacional no horário do JN, uma parte da manifestação teria que ser exibida ao vivo” (1999, p. 38).

Preocupado em evitar ataques aos militares, Roberto Marinho, tomou para si a tarefa de edição da cobertura. Computadores foram acomodados na sua sala, e uma linha direta com a mesa de edição foi montada. O intuito era impedir a veiculação de certos discursos que pudessem ser considerados provocativos. Contudo, “pouco depois das oito horas da noite, um helicóptero militar postou-se na altura da janela da sala de Roberto Irineu [Marinho]. Piloto e co-piloto encaravam o alto escalão da Globo, com o propósito de intimidá-lo” (CONTI, 1999, p. 39). A cobertura da campanha pelas *Diretas* só veio a aparecer no JN quase no final do movimento. Roberto Marinho, percebendo que o regime militar começava a ruir, passou a apoiar um novo nome conciliador e conservador para assumir o país no novo regime democrático: Tancredo Neves. Segundo Souza (2007), a revista Istoé publicou, em março de 1984, uma reportagem que revelava a ocorrência de um encontro entre Tancredo Neves e Roberto Marinho, logo após o JN aderir à campanha das *Diretas*.

#### **4.2 A eleição de 1989**

O fim do período ditatorial foi marcado pelas eleições indiretas de 1985, via Congresso Nacional, que deu a vitória à chapa de Tancredo Neves e José Sarney para os cargos de presidente e vice-presidente da República, respectivamente. Tancredo acabaria sendo internado na madrugada de 15 de março, dia em que assumiria o cargo, e falecendo em 21 de abril. Sarney foi então empossado e governou até março de 1990. No entanto, somente em 1989 é que os brasileiros voltaram a votar de forma direta para escolher o presidente da República. Em 29 anos, era a primeira eleição presidencial pelo voto direto. Entre o primeiro e o segundo turno da eleição, houve dois debates entre os candidatos Fernando Collor de Mello, do PRN, e Luiz Inácio Lula da Silva, do PT. No dia seguinte à sua exibição ao vivo e na íntegra, a Rede Globo apresentou duas matérias com edições do último debate: uma no Jornal Hoje e outra no Jornal Nacional.

A primeira versão, do Jornal Hoje, foi ao ar no dia seguinte, 16 de dezembro. Era uma versão equilibrada, em que ambos os candidatos dispunham do mesmo tempo, e a distribuição de erros e acertos dos dois era equânime (AMORIM, 2015, p. 299). Depois da transmissão do Jornal Hoje, Daniel Tourinho, presidente do PRN, foi até a sede da Globo, no Rio de Janeiro, e fez chegar até a Roberto Marinho a informação de que Collor não havia gostado da edição.

Logo em seguida, Alberico de Souza Cruz, diretor dos telejornais da Rede Globo, e homem de confiança de Collor, chegou à sede da Globo com a mesma informação. Roberto Marinho, então, mandou refazer a edição, com uma ordem específica: queria “o bom Collor e o mau do Lula” (AMORIM, 2015, p. 299).

Assim a edição que foi ao ar no JN reuniu os melhores momentos de Collor e os piores de Lula. Collor recebeu 3 minutos e 34 segundos para falar e criticar o adversário. Enquanto Lula recebeu 2 minutos e 22 segundos, mas os trechos selecionados foram aqueles em que o candidato vacilava e não atacava aquele que viria ser o próximo presidente. Após o fim da apresentação do debate, o então apresentador Cid Moreira reproduziu os números de uma pesquisa telefônica do Instituto Vox Populi favorável a Collor. Ele havia vencido em quesitos como “melhor desempenho 44,5% – contra 32 % de Lula – “ideias claras” com 45% – contra 34% – e melhores planos de governo 46% – contra 33% (AMORIM, 2015, p. 301).

A edição do JN do dia 16 de dezembro teve 61 pontos de Ibope. De acordo com pesquisa realizada pelo Datafolha nos dias 12 e 13 de dezembro, Lula tinha subido para 45% dos votos, enquanto Collor caía de 47% para 46%. Já no dia 16 de dezembro, após a exibição do JN, Lula caiu para 44% e Collor subiu para 47%. O Partido dos Trabalhadores chegou a abrir uma ação contra a emissora no Tribunal Superior Eleitoral. O partido queria que novos trechos do debate fossem apresentados no JN antes das eleições, como direito de resposta, mas o recurso foi negado.

Após o fim das eleições, os responsáveis pela edição do JN assumiram a manipulação e afirmaram que usaram o mesmo critério de edição de uma partida de futebol, na qual são selecionados os melhores momentos de cada time. Segundo eles, o objetivo era que ficasse claro que Collor tinha sido o vencedor do debate, pois Lula realmente havia se saído mal. Diante das críticas que sofreu, a emissora decidiu não mais editar debates políticos, e eles passaram a ser transmitidos na íntegra e ao vivo. Schroder, na época produtor e editor dos assuntos nacionais do telejornal, avaliou que houve um aprendizado para a emissora: o de que “um debate, por mais polêmico ou menos polêmico que seja, não pode ser editado”, uma vez que sobre certas questões não há como “fazer um compacto”<sup>25</sup>

### 4.3 Mensalão

---

<sup>25</sup> Depoimento completo pode ser conferido em: <http://www.robertomarinho.com.br/obra/tv-globo/decada-de1980/detalhes-do-topico.htm>

No período entre os anos de 2005 e parte de 2006, o Brasil presenciou um dos escândalos políticos mais marcantes desde a queda do presidente Fernando Collor de Melo, em 1992. O *Mensalão* foi um dos grandes escândalos políticos da democracia brasileira. E se deu durante o início do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, envolvendo denúncias acerca de um suposto esquema de pagamento de propinas a parlamentares com dinheiro público, em troca do apoio ao governo. Alguns parlamentares afirmaram se tratar de um esquema de Caixa 2, para compra de votos (VASCONCELLOS, 2014, p. 82). Tudo isso em um cenário que envolvia embates com a oposição no Congresso Nacional e uma agenda complicada de votações.

O segundo ano da gestão de Lula foi turbulento, com algumas dificuldades financeiras e denúncias recorrentes por parte de políticos da oposição. Em 2005, esse quadro se agravou quando o então deputado federal e presidente do PTB, partido que integrava a base do governo, Roberto Jefferson, veio a público para denunciar o esquema de compra de votos dos congressistas pelo Palácio do Planalto<sup>26</sup>. Jefferson vinha se mantendo afastado da imprensa, devido às investigações sobre corrupção envolvendo seus afilhados políticos indicados para cargos de confiança na estatal Correios, que originaram uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)<sup>27</sup>. Apesar disso, sua denúncia gerou imensa repercussão na imprensa, e fortes impactos no governo.

Durante os meses de julho, agosto e setembro de 2005, a crise política acentuada pelo Mensalão dominou os noticiários. O Jornal Nacional chegou a ter mais de dois terços de sua programação dedicados inteiramente à crise. Nesse período, outros temas de relevância para o país, como a implementação das políticas de combate à fome que beneficiariam grande parte da população, quando não deixaram de ser abordados, eram pouco explorados. Luiz Motta e Liziane Guazina (2008), ao analisarem a cobertura feita pelo telejornal no período inicial do escândalo do Mensalão, revelaram que o conjunto do noticiário do JN privilegiou o conflito entre os personagens do governo e da oposição, estruturando a narrativa sobre o Mensalão em matrizes dramáticas, valorizando a tensão dos acontecimentos. Mais de 70% das notícias fundadas em episódios ocorridos no âmbito da esfera pública foram dedicadas à crise e a outros casos de corrupção.

---

<sup>26</sup> A denúncia foi revelada pela jornalista Renata Lo Prete, da Folha de São Paulo, no portal UOL no dia 6 de junho de 2005. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimasnoticias/2012/08/01/arquivo-uol-ouca-o-trecho-da-entrevista-em-que-roberto-jefferson-revelou-omensalao.htm>>. Acessado em: Maio de 2018

<sup>27</sup> A chamada CPI dos Correios era a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, formada por parlamentares tanto do Senado como da Câmara dos Deputados, constituída em junho de 2005 e finalizada em abril de 2006.

O conteúdo negativo do JN resultava da exploração intensa dos relatos de corrupção por parte de partidos e políticos específicos. A ideia era associar o caráter negativo da corrupção na concepção do telespectador à avaliação que os brasileiros faziam do governo do Partido dos Trabalhadores. Dessa forma, assim como toda a imprensa nacional, o JN deu amplo destaque aos acontecimentos relacionados ao Mensalão durante os quatro meses de sessões no Congresso Nacional que trataram da denúncia. Passados quase nove anos do escândalo, o assunto continuou como pauta da grande imprensa. Entre 2 de agosto e 5 de dezembro de 2012, foram ao ar 94 inserções, totalizando mais de 270 minutos no ar, ou 9 horas consecutivas (VASCONCELLOS, 2014).

A partir do Mensalão, a imprensa parecia ter retomado a ideia de um jornalismo inspirado na imagem do cão de guarda – aquele que zela pelo cidadão comum, que fiscaliza o poder público. Nesse período, especificamente, a imagem da imprensa se fortaleceu junto aos cidadãos como campo essencial de controle da dinâmica política, responsável pela transparência e pela fiscalização das instituições públicas. Nesse momento, entretanto, estava em jogo muito mais do que a luta política. Estava em jogo a exploração de um evento que depunha contra a expectativa ética que havia sobre o PT. Por 25 anos, a legenda havia construído uma imagem pública em defesa da ética na política. Contudo, não se pode afirmar que a imprensa operou neste caso isoladamente. A instalação das CPIs do Mensalão, dos Correios e dos Bingos forneceu conteúdo diariamente ao noticiário. Lideranças políticas procuraram corresponder à demanda da mídia, convocando para depor personagens consideradas importantes no universo midiático e divulgando – aberta ou clandestinamente – documentos para a imprensa. Com isso, procuravam reforçar as denúncias de que o Executivo e o PT pagavam mesadas para deputados (idem, p. 98).

Um dos principais acontecimentos se deu em agosto de 2005, quando o ex-publicitário Duda Mendonça, responsável pela campanha de 2002 de Lula, depôs à CPI e confirmou ter recebido pagamentos em contas bancárias no exterior. A revelação recebeu amplo destaque no JN e, a partir dela, colocou-se em jogo a possibilidade de *impeachment* de Lula, dando um contorno ainda mais dramático ao noticiário. Posteriormente, contudo, a própria CPI anunciou que nem o Partido dos Trabalhadores nem o então presidente possuíam contas no exterior (GUAZINA, 2011).

O escândalo do Mensalão demonstrou como o jornalismo político do JN sustentou-se em larga medida nas declarações de fontes, em vez de empreender uma investigação profunda. Segundo Guazina (2011), a opção pelo jornalismo declaratório, ao invés do investigativo, permitiu ao telejornal adotar uma postura de “porta-voz da moralidade”.



#### 4.4 O JN e o governo Dilma Rousseff

A Rede Globo desempenha um papel político ativo e apresenta uma tendência de alinhamento com grupos de poder, em especial com o governo federal, como aponta Carvalho (2014) e Lima (2006). Porém, essa relação “amigável” com o poder sofreu alterações durante os governos petistas, especialmente durante a gestão de Dilma Rousseff. A Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ, 2014) divulgou uma pesquisa sobre a visibilidade, no Jornal Nacional, dos candidatos a presidente. A pesquisa apontou que o telejornal exibiu, entre 1º de janeiro e 9 de agosto, 1 hora e 22 minutos de notícias desfavoráveis (182 informes negativos) para a candidata à reeleição à presidência, Dilma Rousseff, enquanto as notícias acerca dos outros candidatos apresentavam-se mais equilibradas (MOREIRA, 2016), como demonstra o gráfico abaixo do Manchetômetro, da UERJ, que realizou estudos sobre a cobertura da mídia durante o período eleitoral.

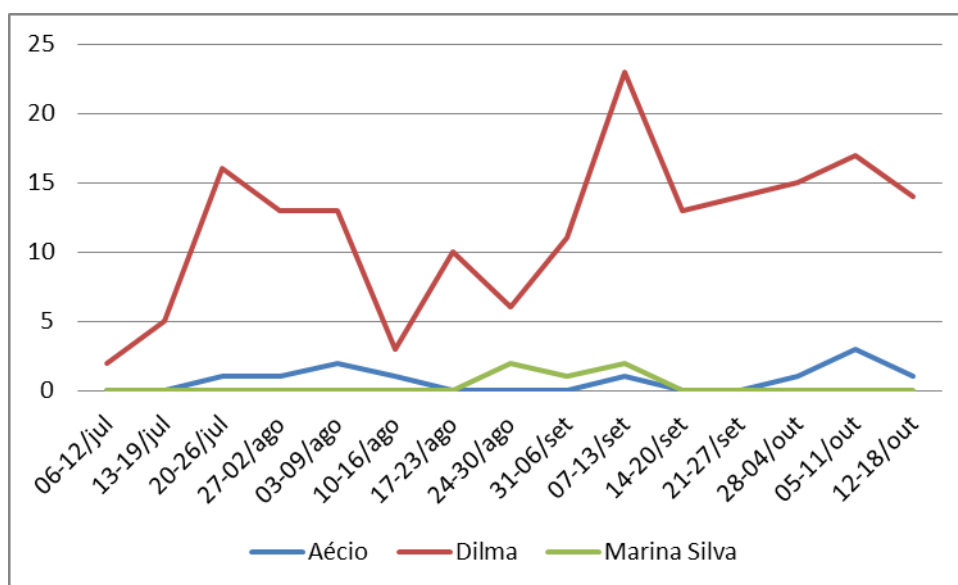


Figura 1- Gráfico da Cobertura do JN de reportagens que criticam os candidatos. Fonte: Manchetômetro

O viés do JN contra Dilma persistiu durante todo o processo eleitoral, e como se mostrará a seguir, até mesmo depois da sua reeleição. Só para se ter um parâmetro de comparação, durante as eleições de 2014 quando Dilma atingiu um pico de 23 matérias negativas na semana de 7 a 13 de setembro, Aécio teve duas e Marina uma.

Na reportagem do Jornal Nacional intitulada *Sessão no Senado que decide impeachment começa nessa quarta*, que foi ao ar no dia 10 de maio de 2016, a referência à Dilma era sempre associada a termos como “má fé”, “processo de impeachment” e “afastada”

– expressões notadamente negativas. Em uma reportagem anterior, que foi ao ar no dia 28 de abril de 2016, sob o título *Autores do pedido do impeachment de Dilma falam no Senado*, as menções a então chefe do Executivo aparecem vinculadas a cenários sempre desfavoráveis à Dilma, envolvendo acontecimentos em que “pessoas próximas [a ela] são presas” e em que se cogita a efetivação do “afastamento da presidente” por prática de “crime”. Desse modo, assim como no exemplo anterior, o uso de determinadas sentenças e vocábulos revela uma linha editorial claramente desfavorável à figura da então presidente. Para Moreira (2016), “o JN mostrou nos seus discursos uma tendência a polarizar ideologicamente o tema do impeachment, dando atribuições negativas à Dilma e positivas ao Temer” (p.11).

O telejornal deu grande destaque ao processo de *impeachment* e sempre buscou apresentar Dilma de modo negativo, sugerindo com frequência – ainda quem não houvesse consenso jurídico em torno da questão – que ela cometera crime de responsabilidade. Conforme observa Lima (2006), a excessiva cobertura de um fato negativo, assim como a minimização de eventos positivos, configura um tipo de distorção jornalística. A partir do processo de *impeachment*, surge uma narrativa midiática repleta de palavras desconhecidas do cotidiano comum – e que, inseridas no texto do telejornal, na maioria das vezes criou um discurso simplificador e redutor. É preciso lembrar, sob esse aspecto, que a omissão e/ou a saliência sistemática de fatos considerados importantes para a compreensão equilibrada de todo um processo só faz deturpar a realidade (LIMA, 2006). Praticamente toda a narrativa do JN acerca do processo de impeachment foi produzida a partir do enquadramento dominante da “presunção de culpa”. O telejornal julgou que a presidente era culpada. No entanto, o procurador da República no Distrito Federal Ivan Marx, ao analisar a investigação concluiu, que o que houve na realidade não havia sido um crime de responsabilidade, mas sim inadimplência contratual, ou seja, o governo não fez os pagamentos nas datas pactuadas, descumprindo os contratos com os bancos<sup>28</sup>.

Nesse percurso narrativo, a própria trajetória política de Dilma contra a ditadura militar, bem como suas ações positivas em outros cargos do governo, foi abordada a partir de pontos obscuros agendados pela mídia. Em relação à militância política da então presidente, buscou-se resgatar um passado repleto de simbolismo (uma Dilma guerrilheira e perigosa) e infrações (como os assaltos a bancos pelas organizações clandestinas). Acusações como de

---

<sup>28</sup> Informações encontradas na reportagem “Para Ministério Público, pedaladas do governo Dilma não são crime” do jornal Estadão. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,para-mp-pedaladas-do-governo-dilma-nao-sao-crime,10000062862>. Acesso em: 28 de junho de 2018.

roubo, militância armada, terrorismo e associação a grupos de guerrilha faziam parte da narrativa sobre a ex-presidente.

O noticiário criou um consenso, por meio de repetidas reportagens, de que Dilma era uma presidente incompetente, que o seu governo era corrupto, que sua política econômica era equivocada e que a economia estagnada não tinha possibilidades de voltar a crescer. Por mais que o telespectador pudesse, racionalmente, perceber a complexidade da situação apresentada, a sistemática distorção dos fatos criava uma nova versão. Como ressalta Souza, “o poder da imprensa na sociedade midiática moderna não é ilimitado, mas é decisivo” (2016, p.114).

No caso do impeachment de Dilma Rousseff, o Jornal Nacional recorreu a uma estratégia à qual já havia recorrido no governo Lula: a de *novelizar* a política e reduzi-la ao embate de mocinho versus bandido, onde Dilma era a criminosa. Essa construção discursiva, na concepção de Souza (2016), revela o intuito de “eliminação do inimigo político” e trabalha “contra qualquer mudança real” (2016, p. 50). Desse ponto de vista, “o combate à corrupção efetiva é o último dos objetivos dessa mídia” (idem).

Para alguns estudiosos e observadores como Lima (2006); Almeida (2017), a diferença entre Lula e Dilma – nessa esfera dos embates com a mídia – está no fato de que o ex-presidente investiu em uma política de comunicação efetiva, mantendo um diálogo direto com uma parcela significativa da população através de viagens, discursos e de um programa de rádio semanal – o “Café com o Presidente”, da Radiobrás. Já Dilma não recorreu a ações desse tipo, voltadas para a sua própria imagem ou para o incremento de sua postura e sua maneira de se comunicar com a população. Isso permitiu, por exemplo, uma exploração, pela mídia, de momentos em que se evidenciavam, na figura da então presidente, algum nervosismo para se pronunciar em público, bem como o uso de expressões e palavras que, por vezes, soavam pouco claras para grande parte da população. Esses momentos foram amplamente explorados para trabalhar uma imagem de despreparo de Dilma Rousseff para o cargo que ocupava. O próprio JN explorou esses momentos para apresentar negativamente a presidente. O telejornal recorria a atributos negativos para falar da então presidente da República. Já o então vice-presidente, Michel Temer, era citado como um político mais equilibrado, mais sereno.

#### **4.5 O JN e a cobertura do impeachment**

Um telejornal é produzido de modo padronizado. No Brasil, e também em outros países, possui uma estrutura própria, conforme o modelo estabelecido (LEAL, 2009). Zaclis Veiga (2002) observa que os jornais costumam se orientar por três tipos de regras: técnicas, estéticas e ideológicas. As primeiras dizem respeito a certos procedimentos definidores dos tempos estabelecidos, das imagens ao vivo, das notícias das agências internacionais, da entonação e da postura do apresentador. Já as estéticas incluem a aparência física, as cores do vestuário e o tipo de maquiagem dos apresentadores, assim como o cenário. Por fim, as ideológicas se referem à utilização de certas imagens, palavras ou expressões em detrimento de outras, conforme a linha editorial adotada pela empresa (VEIGA, 2002, p.40).

De acordo com a autora, a primeira regra influencia diretamente a estrutura da notícia e o tempo trabalhado – o que contribui para a efetivação de relatos que, em geral, são mais objetivos. Em um telejornal, a notícia é apresentada de maneira diferente daquela veiculada em mídia impressa. Como observa Veiga, “notícias importantes, que no jornalismo impresso podem chegar a ocupar uma página de jornal *standard* <sup>29</sup>, na televisão são apresentadas em aproximadamente dois minutos” (VEIGA, 2002, p. 41). Em televisões comerciais, como a Rede Globo, por exemplo, o tempo é, certamente, sinônimo de dinheiro. Os intervalos comerciais, para a veiculação dos anúncios, são importantíssimos para o financiamento e lucro das empresas de comunicação.

Outra questão relacionada à técnica está na criação de uma hiper-realidade, produzida a partir de uma notícia que se torna mais verdadeira que o próprio acontecimento. O telejornalismo busca reconstruir a verdade por meio da representação da realidade do cotidiano, como destaca Veiga:

A construção da imagem passa a ter um papel mais importante do que a própria realidade. Essa inversão de valores compromete a intenção do telejornalismo, pois deforma e molda conforme os objetivos da empresa, do editor, do repórter, do cinegrafista. A encenação passa a fazer parte da realidade, onde se reproduz a entrega de uma carta, a fila de sopa, o trabalho do entrevistado. Existe um autor que determina o ângulo, o melhor momento, a melhor fala, a cena, a construção da informação e a melhor sequência, independente da linearidade temporal, não respeitando a construção lógica do entrevistado (VEIGA, 2002, p. 46)

Já a segunda regra, que diz respeito à estética, pode ser observada não apenas no que diz respeito à aparência – ou às roupas do âncora – mas também no que se refere ao tratamento das imagens. Não é aleatório que determinadas cenas ou quadros vão ao ar em

---

<sup>29</sup> Formato de jornal impresso mais utilizado na grande imprensa do Brasil, como a Folha de S. Paulo. Sua mancha gráfica mede em torno de 52,5 x 29,7 cm. Sua área total no papel (com bordas brancas) depois de impresso é de 56 x 32 cm.

detrimento de outras. É com humor que Veiga chama a atenção, por exemplo, para o fato de que “cabelos despenteados, dentes manchados de batom, gravatas tortas, camisas manchadas de suor são elementos discordantes, não aceitos na tela do veículo que reproduz a moda” (VEIGA, 2002, p. 46- 47). A aparência dos apresentadores tem um papel fundamental na relação firmada com o telespectador. Como já se mencionou aqui, o apresentador “é o rosto mais conhecido e familiar do telespectador” (BARBEIRO; LIMA, 2002, p. 72).

A última regra relaciona-se à ideologia da empresa, revelada por meio dos conteúdos elaborados por repórteres, cinegrafistas e editores. Desse aspecto ideológico resultam os pontos de vista e enquadramentos trabalhados pelas redações, sempre sustentados por visões muito particulares da realidade – frequentemente atravessada por um jogo de interesses nos campos político e econômico, como ressalta Veiga:

Cabe à mídia organizar as informações que, em um primeiro momento, são observadas pelo autor da matéria. O repórter faz a sua leitura dos fatos, o cinegrafista mostra o acontecimento por meio das suas interpretações de mundo, o editor constrói a notícia como um quebra-cabeças. (...) A reportagem construída engana pela verossimilhança (...) e que leva à unanimidade. (...) A unanimidade é alimentada por um jogo de interesses por trás das notícias. (...) Nesse ponto, podemos lembrar que o jornalismo sofre influências do hiperrealismo, quando parte da realidade é ‘pinçada’ dela e tratada como um todo ou como a realidade em si. O momento separado do contexto real passa a ser notícia (VEIGA, 2002, p. 50-53)

A construção da notícia é feita tanto por palavras como pelas imagens selecionadas. O uso de determinadas expressões ou de certas analogias em uma matéria não é gratuito, muito menos fruto de uma captação casual. Toda a produção da notícia é desenvolvida em sintonia com os interesses da empresa. A repetição de determinados termos e expressões pela mídia tem o intuito de fazer com que o telespectador tome as interpretações às quais tem acesso como verdades. No entanto, como já discutido aqui, não se pode afirmar que o telespectador seja um receptor passivo.

#### **4.5.1 O conceito de enquadramento**

A mídia pode ser compreendida como a moldura da janela pela qual o público entra em contato com uma pequena parcela da realidade (LEAL, 2009). Em um telejornal, essa realidade é construída e organizada por meio de notícias. Essa ordenação para apresentar a realidade – através de palavras, imagens e sons – é o que os estudiosos das Ciências Sociais e da Comunicação chamarão de enquadramento (*framing*), ou seja, a maneira como o jornalista

determina um enfoque, e não outro, ou como ele pinça uma parte do acontecimento para apresentá-lo como um todo. É nesse sentido que se tratará, nesse trabalho, do enquadramento.

De modo geral, a ideia de enquadramento se relaciona os ângulos de abordagem dados àqueles assuntos pautados pelos meios de comunicação (ENTMAN, 1994, SCHEUFELE, 1999). Ainda que não exista uma definição consensual sobre o que sejam exatamente os enquadramentos da mídia, é possível identificar seus aspectos principais, já apontados por estudos importantes nesse campo. O conceito de enquadramento para a análise de fenômenos sociais é do sociólogo Erving Goffman, em seu livro *Frame analysis* (1986). Apesar de o conceito ter sido trabalhado antes em outras áreas – na Psicologia e Antropologia, por exemplo –, é Goffman quem articula a primeira teoria mais complexa, aplicada à análise das interações sociais (MENDONÇA; SIMÕES, 2012).

Nesta obra, Goffman define enquadramentos como os princípios de organização que governam os eventos sociais e nosso envolvimento nestes eventos. Segundo o autor, a percepção das pessoas sobre eventos e situações tende de acordo com enquadramentos que os permitem responder à pergunta: “O que está ocorrendo aqui?” (idem). Desse modo, pode-se entender que enquadramentos são marcos interpretativos mais gerais, construídos socialmente e que permitem às pessoas dar sentido aos eventos e às situações sociais. O conceito de Goffman ganhou sentido a partir dos estudos de Kahneman (1984) e Tversky (1986), que demonstraram como as mudanças na formulação de problemas podem causar variações significativas nas preferências das pessoas (PORTO, 2004). Os autores sugerem que os resultados do processo de formação de preferências podem ser alterados, não apenas através da manipulação da informação factual, mas também através do seu enquadramento.

Já nos estudos de Comunicação, uma importante aplicação do conceito de enquadramento está na obra da socióloga Gaye Tuchman (1978). No livro *Making News*, ela argumenta que as notícias impõem um enquadramento que define e constrói a realidade. Ao apontar como o poder político pode ser reforçado por meio do uso do enquadramento, Tuchman sugere que as notícias são “um recurso social cuja construção limita um entendimento analítico da vida contemporânea” (1978, p. 215). Todavia, apesar de a autora ter apresentado uma análise interessante sobre a relação entre práticas de enquadramento e o processo de produção de notícias, como aponta Scheufele (1999, p. 110), seu trabalho não investiga como os enquadramentos dão forma à realidade apresentada pelo noticiário.

Foi Robert Entman (1994) quem apresentou a primeira revisão sistemática dos estudos sobre os enquadramentos da mídia, assim como o conceito que resume seus principais

aspectos – que, segundo ele, estão relacionados à escolha e ao destaque dados a certos aspectos da realidade captada:

O enquadramento envolve essencialmente seleção e saliência. Enquadrar significa selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito (ENTMAN, 1994, p. 294)

Além de tratar desses aspectos centrais, Entman trabalha a aplicação desse conceito na análise dos conteúdos publicados pela mídia – e por isso será a referência principal nesse trabalho. Outro estudo importante, nesse sentido, é o de Mauro Porto (2004). No texto *Enquadramentos da Mídia e Política* (2004), Mauro Porto recorre à obra de Entman para distinguir dois tipos de enquadramento que podem estar presentes em análises de coberturas midiáticas: os noticiosos e os interpretativos. Segundo Porto, os enquadramentos noticiosos são utilizados por jornalistas para organizar seus relatos, como padrões de apresentação, seleção e ênfase. Ou seja, são os pontos de vista adotados pelo texto para destacar elementos de uma realidade, em detrimento de outros. Já os enquadramentos interpretativos promovem uma avaliação particular de temas ou eventos políticos, e geralmente são elaborados por outros atores (as fontes de informação, por exemplo) e incluídos no texto jornalístico.

Essa concepção trabalhada por Entman é influenciada pelas percepções de Todd Gitlin (1980), que compreende o enquadramento como uma prática rotineira, quase inevitável na prática jornalística. Para Gitlin, as escolhas temáticas, editoriais e de abordagem são sempre necessárias – o problema está na forma como os enquadramentos são utilizados. Trata-se de um ponto importante na análise dos conteúdos veiculados pelo Jornal Nacional no processo que resultou no impeachment de Dilma Rousseff. Autores como Dominique Wolton (1996), por exemplo, consideram a televisão um “elemento central da democracia de massa” (1996, p.6), principalmente em função do telejornalismo, considerado relevante fonte de informação utilizada pelos cidadãos para formarem juízo sobre temas importantes para a compreensão do mundo:

A televisão torna-se indissociável da democracia de massa e repousa sobre a mesma aposta: respeitar o indivíduo e prover ao cidadão, isto é, ao espectador, os meios de compreender o mundo em que ele vive. Por tudo isso, a televisão é em nossas sociedades uma questão tão importante quanto a educação, a saúde ou a defesa (WOLTON, 1996, p. 15-16)

Bernard Manin, citado por Aldé (2004), acreditava que as sociedades experimentavam, já no século XX, uma democracia de público, em que as fontes de

informação e de formação da opinião pública já não eram os partidos políticos, o Poder Executivo ou o Legislativo, mas a mídia de massa. Nessa concepção, a televisão se configura como o principal atalho para a informação política funcionalmente necessária para o cidadão, trabalhando a partir das lógicas do espetáculo e do escândalo como partes da estratégia da programação.

Esse sistema formador de uma sociedade que faz do espetáculo sua lógica predominante, de uma mídia que incorpora esses valores e de um espaço político que, cada vez mais, é impactado pela existência de uma democracia de público, encontra-se sumarizado em um fenômeno citado anteriormente: a tendência para uma cobertura midiática da política que opera em torno do escândalo. Nesse ponto, é importante retomar também a concepção de Thompson (2002), que caracteriza como escândalo o acontecimento ocasionado por transgressões de valores, normas ou códigos morais que, depois de divulgados, provocam reações e respostas públicas. Essa ideia está diretamente relacionada à tendência de parte expressiva da mídia brasileira, que privilegia as coberturas políticas factuais e espetaculares, baseadas nessa lógica do escândalo. A análise aqui proposta se utiliza da abordagem proposta por Entman (1994) para demonstrar como a cobertura realizada pelo Jornal Nacional buscou “novelizar a política e reduzi-la ao embate mocinho versus bandido” (SOUZA, 2016, p. 50).

O estudo demonstra como a cobertura realizada pelo telejornal procurou premeditadamente e culpar a presidente Dilma pela crise política e econômica experimentada pelo país. Para isso, privilegiou-se uma parte do contexto nacional em que se inseria o processo de *impeachment*, de maneira a influenciar negativamente as interpretações dos telespectadores frente ao cenário apresentado. Trata-se de um aspecto importante, uma vez que o Jornal Nacional ainda é a principal referência informativa para a maioria dos brasileiros (REZENDE, 2000; SOUZA, 2016). Além disso, como observa Tuchman (1993, p.259), “os jornalistas dão uma 'moldura' às histórias levando em conta os constrangimentos organizacionais do seu campo, crenças profissionais e julgamentos sobre a audiência.”

#### **4.5.2 Análise da cobertura do processo de impeachment do Jornal Nacional**

Recorrendo à noção de enquadramento trabalhada até aqui, esta pesquisa analisa algumas reportagens específicas do JN, no período de 2 de dezembro de 2015 a 31 de agosto de 2016. A reportagem do dia 2 de dezembro de 2015 narra a aceitação do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados. O pedido foi aceito pelo então presidente da Câmara Eduardo Cunha. Segundo o repórter Júlio Mosquera, Cunha



afirmou que “autorizou a abertura do processo porque concordou com os argumentos de que é preciso iniciar uma investigação sobre irregularidades”. Durante a reportagem apesar de não ser utilizado explicitamente o termo “culpada”, a forma como Dilma é retratada é como se fosse, mesmo sem fazer referência direta à presidente, abordando mais o processo em si. As explicações do repórter Júlio Mosquera vão traçando uma visão da Dilma como culpada. Além disso, os trechos da fala de Cunha buscam reafirmar esse imaginário:

E não o faço por nenhuma motivação de natureza política. Eu, como disse aqui anteriormente, refutei, rejeitei todos e o rejeitaria se estivesse em descumprimento da lei. Mas, infelizmente, por mais que eu tentasse buscar qualquer caminho de interpretação e por todos os pareceres que chegaram até a mim pela consultoria legislativa, pela assessoria jurídica e por terceiros, as quais eu consultei, não consegui encontrar um que conseguisse me desmontar a tese a qual está sendo aceita hoje.<sup>30</sup>

Após quase quatro meses da aceitação do pedido de impeachment na Câmara dos Deputados, é votado o prosseguimento do processo para o Senado Federal. No dia 18 de abril de 2016, um dia após a votação, o Jornal Nacional transmitiu a segunda reportagem analisada por esta pesquisa. A notícia traz a público a informação da continuidade do processo, além de apresentar uma Dilma abalada. A presidente é retratada durante toda a transmissão como uma mulher perturbada com os acontecimentos do dia anterior. Apesar de serem utilizados vários trechos da coletiva da Dilma, a voz principal vem dos âncoras William Bonner e Renata Vasconcellos, que comentam todos os trechos apresentados. Nessas falas é possível observar uma desvalorização da figura da presidente e uma tentativa de apresentá-la como uma pessoa não sabe argumentar, “sem citar nomes, a presidente Dilma atacou o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, do PMDB (...) e atacou também, duramente, o vice-presidente, Michel Temer”. Além disso, a reportagem traz também trechos da entrevista da advogada Janaína Pascoal para reafirmar o imaginário de culpabilização “governo está querendo criar uma ilusão, né, de que aquela denúncia não diz o que diz”. E ainda reforça que as declarações da presidente repercutiram no Congresso de forma negativa. Assim, a figura do William Bonner, âncora do telejornal que transmite respeito e credibilidade, traz a seguinte informação:

Em nota, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, do PMDB, disse que a presidente Dilma deveria se ater a explicar as denúncias de crime de responsabilidade que pesam contra ela. Cunha disse também que a presidente Dilma era presidente do

---

<sup>30</sup> Trecho da reportagem do Jornal Nacional transmitida no dia 02 de dezembro de 2018. A reportagem completa está disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/12/cunha-autoriza-abertura-de-processo-de-impeachment-contra-dilma.html>.

Conselho da Petrobras quando, segundo ele, ocorreu o maior esquema de corrupção do mundo.

Quando o âncora e editor-chefe do Jornal Nacional opta por ele mesmo narrar uma fala como está, o telejornal não está apenas informando, mas sim reafirmando uma ideia. No entanto, para que o público tenha uma falsa impressão de que o JN é imparcial, a fala é apresentada como de uma outra pessoa, em equilíbrio com o trecho da presidente Dilma Rousseff. Porém, como visto na sessão 3.4, a figura do âncora não é meramente informativa. Ela representa a mensagem que a emissora está tentando passar.

Ainda no dia 18 de abril de 2016, o telejornal transmitiu uma outra reportagem, analisada por esta pesquisa, na qual é realizada uma retrospectiva do processo de impeachment desde sua aceitação em dezembro de 2015. O processo é narrado a partir da tensão entre Dilma e a oposição. No dia 12 de maio de 2016 é votada no Senado a abertura do processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff. A reportagem do dia narra a cansativa sessão, que durou mais de 20 horas. O repórter Heraldo Pereira conta, “depois de 12 horas do início da sessão, no plenário do Senado, o número de parlamentares que já tinham falado era menor do que o previsto inicialmente – 35 dos 70 senadores que se inscreveram. Esta era a prova de que ainda teríamos pela frente uma longa sessão”. Nessa reportagem o telejornal não apenas apresenta a presidente como culpada, como já parte do pressuposto de que Dilma será condenada. Ainda que o julgamento não tivesse encerrado.

Na reportagem do dia 1º de junho de 2016 o telejornal volta a assumir uma postura de imparcialidade, e que cumpre com o seu objetivo principal de “mostrar aquilo que de mais importante aconteceu no Brasil e no mundo, com isenção, pluralidade, clareza e correção”. No entanto, a notícia que deveria tratar da presidente Dilma, é transmitida sem que a própria seja ouvida. A reportagem, de menos de um minuto, informa de maneira superficial a entrega da defesa da presidente à comissão do impeachment no Senado. No mesmo mês, é chegada a hora de ouvir as testemunhas da presidente, na reportagem do dia 14 de junho de 2016, o telejornal apresenta as testemunhas convocadas pela base aliada para o processo. Todas as testemunhas são apresentadas de forma técnica, sem explicação do seu envolvimento com o processo, tendo apenas seus nomes e cargos exibidos. O repórter Fernando Rêgo Barros apresenta “duas testemunhas da defesa de Dilma foram ouvidas hoje. O ex-secretário de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento disse que a presidente afastada não participou de irregularidades nos repasses do Plano Safra, que estão na denúncia”.

Por fim, no dia 31 de agosto de 2016 o Senado aprova o impeachment de Dilma Rousseff, o Jornal Nacional transmite trechos da votação, e informa que o processo foi dividido em duas votações: uma é referente ao processo de impeachment e a outra é referente à perda do direito de exercer cargo público durante oito anos. A reportagem é exibida de forma técnica, sem fazer declarações ou explicações que representem uma consideração final por parte do telejornal.

São seis edições transmitidas ao longo dos oito meses em que se encadeou o impeachment, da abertura do processo na Câmara dos Deputados até a sua votação no Senado Federal. Tais episódios foram selecionados após avaliação minuciosa das reportagens do Jornal Nacional sobre o impeachment. Elas foram sistematizadas em um quadro de análise e examinadas a partir de oito elementos principais: 1) tempo de exibição; 2) manchete; 3) ênfase/lead; 4) adjetivos; 5) personagens principais; 6) o detentor da voz; 7) representação dos personagens principais; 8) maneira como Dilma é abordada.

<b>ANALISE DO JORNAL NACIONAL</b>								
<b>Edição</b>	<b>Tempo de Exibição</b>	<b>Manchete</b>	<b>Ênfase/lead</b>	<b>Adjetivos (?)</b>	<b>Personagens Principais</b>	<b>O detentor da voz?</b>	<b>Representação dos personagens principais</b>	<b>Maneira como Dilma é abordada?</b>
02/12/2015	03:09	Cunha autoriza abertura de impeachment contra Dilma	O presidente da câmara autoriza a abertura do processo de impeachment da presidente Dilma na noite do dia 02 de dezembro	apelo das ruas, crime	Eduardo Cunha	Eduardo Cunha	Cunha é retratado como o salvador da pátria que ao autorizar a abertura do processo de impeachment, está colocando fim a corrupção presente no governo Dilma	Dilma é pouco citada, muitas vezes não tendo nem o seu nome utilizado. Durante a entrevista frequentemente para se referenciar a presidente é utilizado apenas o termo executivo.
18/04/2016	07:02	No dia seguinte a votação do impeachment, Dilma se diz injustiçada	Um dia depois da câmara aprovar o processo de impeachment pro senado e visivelmente abalada a presidente Dilma Rousseff falou hoje com a imprensa. Voltou a insistir que é inocente e se disse injustiçada	Abalada, injustiçada, crime, mal	Dilma Rousseff	Apesar de haverem vários trechos da coletiva da Dilma, a verdadeira voz vem dos âncoras que comentam todos os trechos utilizados, sempre de forma a desvalorizar a presidente. Também é priorizada a voz de outras fontes para deslegitimar as falas da presidente.	Dilma é representada como uma mulher desestruturada que não sabe como se defender. Em contrapartida, uma das fontes é a advogada Janaina Pascola, retratada como uma mulher forte, de bom senso, que tem facilidade para argumentar.	Dilma é retratada como uma mulher abalada com os acontecimentos do dia, e que sem saber como se defender ataca o presidente da câmara e o vice-presidente que só estão fazendo o seu trabalho e atendendo um pedido que vem das ruas. Além disso, por vezes a presidente é retratada como alguém que fala mal dos colegas

								de trabalho. São utilizadas várias fontes para contestarem a fala de Dilma.
18/04/2016	05:47	Pedido do processo de impeachment começou a tramitar em dezembro	O pedido de abertura do processo de impeachment aprovado pelos deputados ontem começou a tramitar no congresso em dezembro do ano passado. Quando o presidente da câmara Eduardo Cunha aceitou a denuncia. De lá pra cá o país tem acompanhado os desdobramentos de uma série de acontecimentos políticos e jurídicos.	Indignação, tensão	Eduardo Cunha, Dilma Rousseff	A principal voz vem do JN por meio do seu repórter. O repórter faz uma retrospectiva do processo de impeachment, o enquadramento e as informações trazidas, mostram o que o que o público deve lembrar sobre o caso.	Apesar de não utilizarem diretamente do termo culpada, a forma como Dilma é retratada é de como culpada, os trechos utilizados na reportagem buscam reafirmar isso por meio de fontes que falam do processo de impeachment do ponto de vista da oposição. Quando falam da base aliada a Dilma, tratam como pessoas nervosas, que estão fazendo uma confusão no processo, e que batem nos colegas (imagem do deputado dando uma cabeçada no outro).	Apesar de haver pouca referência direta a presidente, abordando mais o processo em si. Por meio da explicação do repórter Dilma vai sendo traçada como culpada. Isso acontece por meio das falas das fontes seguintes que em sua maioria eram desfavoráveis a Dilma.
12/05/2016	08:42	Após mais de 20 horas de sessão, Senado afasta presidente Dilma	Foram mais de 20 horas de sessão até o resultado. Às 6:33 o Senado aprovou a abertura	Clima de tensão, longa sessão, ataques a oposição,	Dilma Rousseff	A principal voz vem do repórter, narra todos os acontecimentos da sessão,	Dilma é considerada uma vilã, que governou o país como uma barganha de	O JN já parte do pressuposto de que a presidente será 'condenada', a presidente é

			do processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff, com isso ela fica afastada do cargo por até 180 dias. 55 senadores votaram a favor do afastament, isso representa um voto a mais do que 2/3 do senado, o quorúm que vai ser exigido para condená-la em definitivo no fim do julgamento	cansaço. exaustão, derrota		intercalando com falas dos senadores. Quando os senadores de oposição falam, tem-se um tempo maior de fala, apontando todos os argumentos contra Dilma. Quando a defesa fala bem no final da reporter, são falas curtas, seguidas depois de falas do repórter, que atesta que a defesa aceitou a derrota.	negócios.	tratada como 'condenada'. Pode-se perceber isso na fala da Renata Vasconcellos ao abrir a reportagem "o quórum que será exigido para condená-la em definitivo, ao fim do julgamento".
01/06/2016	00:34	Dilma entrega defesa à comissão do impeachment no Senado	Documento de José Eduardo Cardozo tem mais de 300 páginas. Defesa cita gravações do ex-presidente da Transpetro.	Afastada	José Eduardo Cardozo, Dilma Rousseff	Renata Vasconcellos	Dilma é retratada como uma pessoa que insiste nos mesmos argumentos. Em momento algum a reportagem traz uma fala do advogado José Eduardo Cardozo ou da própria presidente	Durante todo o processo Dilma é tratada como culpada, o JN afirma o tempo todo que a ex-presidente é uma transgressora. Porém, quando sua defesa é entregue, é caracterizada como uma tese, enquanto anteriormente todas as denúncias são tratadas como verdadeiras.

14/06/2016	02:29	Comissão do Impeachment ouve testemunhas de Dilma	Elas foram convocadas por senadores aliados da presidente afastada. Lewandowski autoriza perícia pedida pela defesa de Dilma.	Afastada	Testemunhas	Repórter, um trecho da fala da testemunha é utilizado, mas logo em seguida usa-se uma fala da uma senadora de oposição para deslegitimar a fala da testemunha	As testemunhas são retratadas de forma técnica, apenas apresentando seus cargos durante o governo Dilma.	Dilma é pouco citada, apenas a usam para se referenciar as testemunhas.
31/08/2016	02:49	Senado aprova impeachment de Dilma Rousseff, Temer assume	Aliados de Dilma conseguiram que a decisão fosse tomada em duas votações. Dilma perde cargo, mas não fica proibida de exercer cargo público.	Cansados	Dilma Rousseff e aliados	Repórter	Dilma só no título, enquanto os aliados são tidos como insistentes em algo contra a constituição, mas que conseguiram fazer essa irregularidade.	Dilma não é citada e nem ouvida na reportagem

Inicialmente, a ideia era a de que esse quadro analítico fosse composto não apenas de elementos textuais, mas que tratasse também de aspectos relacionados às expressões faciais e corporais dos jornalistas, e às imagens utilizadas para cobrir as reportagens. No entanto, para assegurar um exame mais preciso e objetivo, decidiu-se que o quadro seria centrado no texto falado e escrito. Essa decisão baseou-se, também, na avaliação de Moreira (2007), que, a partir de pesquisa acerca dos enquadramentos do Jornal Nacional, constatou que os recursos visuais se revelaram pouco decisivos na análise dos frames. O JN, segundo ele, não utiliza muitas imagens com conteúdo cultural forte, que possibilitem a identificação explícita de um determinado enquadramento apenas pela visualidade. De fato, também nesta pesquisa é possível constatar que poucas imagens levaram, isoladamente, à localização de um enquadramento. A maioria das imagens parece apenas preencher a necessidade das visualidades previstas da televisão, além de reafirmar o texto verbal.

O acompanhamento das edições do telejornal no período de 2 de dezembro a 31 de agosto possibilitou a localização, no quadro analítico, de sete reportagens que incluíam a palavra “impeachment”. Tais reportagens não foram escolhidas aleatoriamente, as datas de cada reportagem correspondem a um importante momento do processo de impeachment. Além dessas reportagens, utilizou-se, para identificar o enquadramento predominante na cobertura do JN, três categorias propostas por Lima (2006): *omissões*, *saliências* e *distorções*. Recorreu-se também ao pensamento de Entman (1993), para quem grande parte dos enquadramentos se definem também por aquilo que escondem. Nessa concepção, “a maioria dos enquadramentos são definidos tanto por aquilo que omitem, quanto por aquilo que incluem, e as omissões de definições potenciais de problemas, explicações, avaliações e recomendações podem ser tão críticas para conduzir as ausências quanto as inclusões (ENTMAN, 1993, p. 54).

Identificar tais categorias na cobertura midiática não é tarefa fácil. No entanto, em situações de crise política, algumas se tornam evidentes (LIMA, 2006). Bom exemplo é a repetição sistemática de certas palavras/expressões, como *impeachment*, *golpe*, *pedalada fiscal*, *crime de responsabilidade* no conjunto das matérias veiculadas diariamente. São palavras e termos que buscam uma abordagem sintética para “questões complexas, ambíguas e de interpretação múltipla e polêmica” (LIMA, 2006, p. 15). Buscam, portanto, reduzir uma série de significados a apenas um – que, em geral, é facilmente assimilável. Com isso cria-se um rótulo. Neste caso, o de que Dilma Rousseff é *culpada*.

Uma das omissões reveladas pelo quadro – como recurso estratégico – está na ausência da voz da presidente Dilma Rousseff, principal envolvida na crise política. A coluna



intitulada “detentor de voz” evidências claramente esse aspecto. Durante o período em análise, foi possível perceber que das setes reportagens analisadas, apenas uma traz a ex-presidente como fonte. A matéria, veiculada no dia 18 de abril de 2016, foi intitulada “*No dia seguinte à votação do impeachment, Dilma se diz injustiçada*”. Na reportagem, Dilma é retratada como uma mulher abalada pelos acontecimentos do dia, e que, sem saber como se defender, ataca o presidente da Câmara e o vice-presidente Michel Temer que só estão fazendo o seu trabalho e atendendo a um pedido que vem das ruas.

Além disso, por vezes a então presidente é retratada como alguém que fala mal dos colegas de trabalho. São utilizadas várias fontes para contestar a fala de Dilma, mas a principal é a da advogada Janaína Pascoal, retratada como uma mulher forte, de bom senso, que tem facilidade para argumentar. Essa estratégia, no entanto, não configura uma novidade. Desde sua posse, Dilma foi retratada como uma mulher intempestiva diante de outras mulheres. Bom exemplo está na frequente comparação entre ela e Marcela Temer, esposa do então vice-presidente Michel Temer.

A isso, somam-se outros detalhes. A observação da coluna destinada ao exame do “tempo de exibição”, por exemplo, permite constatar que as notícias em que a ex-presidente é retratada de forma negativa são mais longas que aquelas nas quais ela está se defendendo. Na reportagem do dia 12 de maio de 2016, “*Após mais de 20 horas de sessão, Senado afasta presidente Dilma*”, o tempo de exibição foi de 8 minutos e 42 segundos. Nessa reportagem, a ex-presidente é retratada como uma vilã, que governou o país por meio de barganhas, como se a gestão pública fosse um negócio. Além disso, o JN tenta atestar que o impeachment é uma vontade do povo, traduzida por uma imprensa comprometida com os desejos da maioria. Para isso, recorre à fala do senador Cássio Cunha Lima, que faz a seguinte declaração: “Foi a imprensa livre do nosso país que mostrou à nação inteira o que estava acontecendo, espontaneamente, nas ruas do Brasil”.

Já a reportagem do dia 1º de junho de 2016, “*Dilma entrega defesa à comissão do impeachment no Senado*”, teve um tempo de exibição de 34 segundos. Na reportagem, Dilma é tratada como alguém que insiste nos mesmos argumentos, sem conseguir provas de sua inocência. Em momento algum a reportagem traz uma fala da própria presidente, ou do advogado geral da União, José Eduardo Cardozo, responsável pela defesa. Durante todo o processo de impeachment, a cobertura do JN retrata a ex-presidente como uma transgressora da lei. Quando sua defesa é entregue formalmente, o conjunto de documentos e relatórios é chamado pelo JN de “tese” – ao passo que todas as denúncias são tomadas pelo telejornal

como verdadeiras. Ou seja, quanto maior a exposição sobre o processo, mais negativa era a representação de Dilma.

Em uma de suas estratégias discursivas, o JN também deu à provável condenação de Dilma um caráter irreversível, ainda que não tivesse havido, até ali, qualquer julgamento formal. Na edição do dia 12 de maio, a apresentadora Renata Vasconcellos enfatizou: “Cinquenta e cinco senadores votaram a favor do afastamento e isso representa um voto a mais do que dois terços do Senado, o quórum que será exigido para condená-la em definitivo, ao fim do julgamento”.

Há ainda outros enquadramentos que merecem atenção especial. É o caso da reportagem *Pedido do processo de impeachment começou a tramitar em dezembro*, do dia 18 de abril de 2016. O material apresenta uma retrospectiva sobre o processo de impeachment que já se arrastava por quase cinco meses. O tom é de imparcialidade quando são exibidos os argumentos dos aliados do governo e também os da oposição. Porém, tanto os *offs* quanto as imagens utilizadas são desfavoráveis à imagem da então presidente. Um exemplo está no momento em que o repórter diz que a operação Lava-Jato levou as pessoas à rua devido as acusações contra o PP, o PMDB de Temer e o PT de Dilma e Lula. A imagem que cobre o off é a de uma faixa onde se vê escrito “Fora Dilma!”. A reportagem também retrata os aliados da então presidente como pessoas que estão atrapalhando o processo em busca da verdade, com falsas justificativas. Também eles, os aliados de Dilma, são retratados como pessoas desequilibradas e nervosas. Em um dado momento, o JN chega a explorar a imagem do deputado Laerte Bessa (PR) que, durante discussões no plenário, por discordâncias em torno da votação para a composição da Comissão Especial que discutiria a abertura ou o arquivamento do pedido de impeachment, dá uma cabeçada no deputado Nilton Tatto (PT).

A suspeição como elemento central do enquadramento define uma reputação negativa para a então presidente julgada. A construção desse enquadramento, neste caso, é feita por meio de falas da oposição que exprimem transgressões cometidas pela presidente e que se tornam escândalos políticos conforme Thompson (2002). Portanto, no contexto da narrativa midiática construída pelo Jornal Nacional repleta de simbolismos, que buscaram rotular a realidade complexa, por meio das omissões, e da saliência de fatos importantes, e da voz da principal atingida pelo processo. Percebe-se como o enquadramento dominante do telejornal era o de “presunção da culpa”.

A presunção da culpa de Dilma Rousseff é formada a partir da incapacidade da presidente de controlar a maneira como é representada no âmbito midiático, tanto no que se refere à sua imagem quanto às suas ações e condutas. A análise da variável “como Dilma é

abordada” permitiu identificar tal enquadramento. A reportagem do dia 14 de junho de 2016, *Comissão do Impeachment ouviu testemunhas de Dilma* é um exemplo nesse sentido. Após trazer um trecho da fala de uma testemunha a favor de Dilma, o telejornal apresenta, em seguida, uma declaração da senadora Ana Amélia, do Partido Progressista (PP), para quem a então presidente é culpada ainda que não tenha assinado quaisquer decretos irregulares: “Pode não achar nenhum documento assinado pela senhora Dilma Rousseff, que ela tenha dito ‘autorizo a fazer isso’, mas ela é presidente. Ela que disse na campanha eleitoral: ‘Vamos fazer o diabo, pra ganhar a reeleição’. Ela fez, de fato”.

O exame dos enquadramentos trabalhados pelo Jornal Nacional demonstrou que houve, por parte do telejornal, um entendimento de que Dilma Rousseff precisava ser moralmente reprovada – o que justifica o impeachment. Os enquadramentos dão a entender que a então presidente, junto ao seu partido, o PT, é responsável pelo quadro de corrupção instalado nas esferas pública e privada. O telejornal, em apoio aos partidos de oposição ao governo petista, retratou Dilma Rousseff como alguém que cometeu não apenas um crime de responsabilidade – pelo qual foi julgada – mas também crimes passados. Na reportagem do dia 18 de abril de 2016, “*No dia seguinte a votação do impeachment, Dilma se diz injustiçada*”, o JN relembra o escândalo do mensalão, além de todos os problemas enfrentados pelo governo, como o aumento do desemprego e o déficit fiscal. Somou a isso as denúncias originárias da Operação Lava Jato, assim como os vazamentos – ainda que seletivos – de depoimentos, bem como as propostas de delação premiada.

Desse modo, havia uma premissa que orientava o telejornal: a de que a então presidente Dilma Rousseff havia cometido um crime. Esse entendimento conduziu os enquadramentos interpretativos, que nunca colocaram em dúvida essa ideia inicial – e, desta forma, não ajudaram o telespectador ou o próprio meio político a compreender o grau de responsabilidade da acusada. Nessa perspectiva, a distorção sistemática da realidade comprometeu principalmente a compreensão do caso pelo cidadão comum, especialmente considerando os dados da Pesquisa Brasileira de Mídia 2016, realizada pelo IBOPE, segundo a qual 63% dos entrevistados têm a televisão como principal meio de informação sobre o que acontece no país – e 56% têm a Rede Globo como emissora que mais assiste, onde o Jornal Nacional é o principal meio de difusão de informação.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na bibliografia sobre mídia e democracia existem perspectivas diversas sobre como os meios de comunicação atuam na percepção que os cidadãos têm da política, da avaliação que fazem de seus líderes e até mesmo da satisfação com a democracia em si. No entanto, a partir deste estudo, conclui-se que faz-se necessário, dentro do contexto em que se insere esta pesquisa, compreender a mídia como instituição formadora de opinião. A imprensa presta serviço de ordem social, pública e essencial à sociedade, difundindo conhecimento. Deveria ser uma aliada na busca pela democracia, combatendo o esquecimento social e fortalecendo a participação popular para a garantia dos direitos do cidadão. No entanto, ela se mantém, como visto neste trabalho, historicamente aliada à elite conservadora, atuando na construção de uma falsa “base popular” que contribuiu para o processo que resultou no golpe de 2016.

No caso do impeachment de Dilma Rousseff, esta aliança despontou já durante as manifestações de junho de 2013. É a partir destes protestos que o Jornal Nacional percebe o seu poder de pautar as manifestações em curso e forjar sentidos, de modo a atingir o Executivo e, desta forma, ampliar o descontentamento político manifestado naquela ocasião. Segundo Souza (2016) “a mídia dominante percebeu sua força de criar uma realidade virtual” (2016, p. 96). Efetivamente, como visto no segundo capítulo deste estudo, a cobertura do Jornal Nacional sobre as reivindicações populares demonstrou um esforço no sentido de distorcer as pautas e manipulá-las para enfraquecer o Poder Executivo. É também neste momento que se retoma a estratégia de transformar a elite em “herói cívico”, permitindo, assim, que as forças da direita conservadora se mostrassem novamente. Este ressurgimento reflete, como observa Souza (2016), uma arregimentação política desses setores conservadores. Ainda assim, essa tentativa de atingir a presidente por meio das manifestações de junho funcionou parcialmente apenas. Era preciso aguardar um novo momento: as eleições de 2014.

Nesse período, o candidato do PSDB, Aécio Neves, já demonstrava uma expressiva autoconfiança, mesmo antes do fim das eleições. Apesar disso, enfrentou uma acirrada disputa com a então presidente Dilma Rousseff – um processo que dividiu o país. O discurso da direita prometia um controle dos gastos públicos, além da austeridade fiscal. Contudo, a disputa terminou com a quarta derrota seguida das forças conservadoras e com uma vitória da classe popular, mais numerosa. Esse resultado, entretanto, não foi bem aceito pela elite. O segundo turno e a reeleição da presidente Dilma ocorreram no domingo, 26 de outubro de

2014. Na quinta-feira, dia 30, “os tucanos entraram no Tribunal Superior Eleitoral com um pedido de ‘auditoria especial’ no resultado das eleições” (ALMEIDA, 2016, p. 25). Argumentavam que base da denúncia estava não na dúvida em relação à lisura da apuração e o trabalho da Justiça Eleitoral, mas sim, em denúncias oriundas das redes sociais após o anúncio da vitória de Dilma. De acordo com Almeida (2016), aquela “era a primeira ação jurídico-eleitoral da história do país que questionava o resultado de uma eleição presidencial com base em posts publicados nas redes sociais” (p. 26).

A incipiente literatura sobre a crise política enfrentada pelo país a partir de 2013 registra que as forças de direita não somente não aceitaram a derrota eleitoral, como passaram a traçar um novo caminho para o Poder Executivo, que não passava mais pelas eleições. Primeiro, pensou-se em recorrer à Justiça Eleitoral com uma ação que pedia a cassação da chapa Dilma-Temer. Na avaliação da cúpula do PSDB e dos apoiadores de Michel Temer, então vice-presidente, a troca de governo via Justiça eleitoral permitiria cassar tanto Dilma quanto o seu vice.

No entanto, essa estratégia foi descartada. Primeiro, porque, se o TSE cassasse Dilma em 2016, eleições diretas seriam convocadas em noventa dias. A segunda razão era que o calendário do TSE indicava que o processo de cassação da chapa Dilma-Temer só seria concluído em 2017 – o que abriria caminho para a eleição indireta de um novo presidente, via Congresso. Embora o segundo cenário agradasse tanto os tucanos, quanto os peemedebistas, não havia disposição, entre eles, para esperar até 2017. A única opção, seria, então, o impeachment via congresso.

Retomar esse percurso nesse momento das considerações finais é importante para delinear o contexto em que o poder da imprensa se insere – uma questão que inspirou essa pesquisa. Os estudos sobre as relações entre mídia e a percepção dos cidadãos frente à democracia caminham em duas vertentes: a primeira defende que um crescente cinismo no tratamento de assuntos políticos pela mídia leva à depreciação da política e dos políticos em geral, como observam autores como Patterson (1998), Capella (1997), Jamieson (1997) e Mervin (1998). Outros autores indicam que alguns efeitos positivos podem ser assinalados, dependendo do tipo de mídia em questão, como destacam Norris (2000) e Newton (1999). Essa pesquisa aponta para a primeira vertente.

Partindo da literatura para o contexto específico do período estudado, a hipótese de que os enquadramentos trabalhados pelo Jornal Nacional objetivaram a construção de uma narrativa específica sobre o governo e sobre o processo de impeachment da então presidente Dilma Rousseff se comprovou. O exame das edições veiculadas do dia 2 de dezembro de

2015 ao dia 31 de agosto de 2016, período entre a abertura do processo de impeachment na Câmara dos Deputados e a votação no Senado Federal, revela um enquadramento central: o de presunção da culpa.

A partir da análise empreendida nesta pesquisa, conclui-se que o Jornal Nacional constituiu-se em um espaço em que foi veiculado um discursivo homogêneo, recheado de ambiguidades e expressões redutoras sobre a crise. Houve também a veiculação de uma narrativa bastante negativa, produzindo, neste sentido, uma narrativa de oposição ao governo Dilma, ao Partido dos Trabalhadores e às esquerdas em geral no período analisado. Enquanto momento privilegiado de exarcebação dos conflitos do campo político e de maior visibilidade destes na mídia, o *processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff* foi um evento político-midiático que proporcionou a partidarização da Rede Globo. A oposição da emissora manifestou-se mais explicitamente através das narrativas transmitidas pelo Jornal Nacional.

O poder que a mídia dispõe de imprimir um viés à opinião pública, na busca por mobilizar e orientar esta, é um instrumento de poder nas mãos dos interesses empresariais e corporativos. No caso da crise política que culminou com o impeachment, houve a tentativa da Rede Globo, por meio do seu principal telejornal, de mobilizar essa opinião, imprimindo-lhe um viés de oposição ao governo e ao partido do governo.

Pesquisas há muito consolidadas – como o *survey* intitulado *A desconfiança dos cidadãos das instituições democráticas*, realizado entre 1989 e 1993 – já demonstraram, em outros cenários políticos, que os brasileiros confiam muito pouco, e avaliam de maneira muito crítica, as principais instituições democráticas do país. Os estudos indicam que, possivelmente, tal visão é fruto, também, de um crescente de notícias negativas, entre outros aspectos. Isso, segundo Patterson (2000), poderia ser a fonte de inquietação da opinião que o público forma acerca dos políticos e da democracia. Como visto no capítulo anterior, a Pesquisa Brasileira de Mídia 2016, realizada pelo IBOPE, demonstra como 63% dos entrevistados têm a televisão como principal meio de informação sobre o que acontece no país – e 56% têm a Rede Globo como emissora que mais assiste, onde o Jornal Nacional é o principal meio de difusão de informação.

Tomando esse resultado, entende-se que quem assistiu ao JN no período em questão teve contato intenso com uma visão negativa acerca da presidente Dilma Rousseff e do seu governo. Apesar de o público não ser passivo em sua essência – em relação aos conteúdos apresentados pela mídia –, o Jornal Nacional é o telejornal mais assistido pelos lares brasileiros (35,1%). Esse aspecto revela a importância desse veículo no processo de compreensão, por parte dos cidadãos, dos cenários políticos que se desenham.

O JN optou por apresentar desfavoravelmente o grupo político representado pela ex-presidente Dilma Rousseff. Isso se mostra na predominância de fatores negativos atribuídos a ela, comparativamente às abordagens dedicadas aos demais personagens do caso, especialmente àqueles que faziam oposição ao governo do PT. Desse modo, o telespectador foi levado, pelo telejornal, a acreditar que a então presidente Dilma era uma mulher desestruturada, corrupta e que o melhor seria condená-la. Assim, o telejornal implicitamente condenou a presidente, e explicitamente favoreceu a imagem política do governo de transição. O noticiário deu baixa visibilidade às informações sobre a defesa de Dilma durante a cobertura de todo o processo.

Portanto, este estudo permite afirmar que a abordagem do Jornal Nacional foi influente e capaz de moldar uma narrativa específica sobre a trajetória da ex-presidente Dilma. Essa análise se deu em meio a um questionamento: qual foi a relação que se estabeleceu entre o telejornal e o processo por meio do qual os cidadãos brasileiros assimilaram os temas e os eventos políticos aqui examinados? O JN, de alguma forma, configura o que hegemonicamente se reconhece como o grande telejornal no país, e a sua presença histórica contribui para ocupar uma posição de prestígio no campo jornalístico (GUTMANN, 2009). Entretanto, trata-se de uma indagação que exige um estudo mais aprofundado e novas pesquisas.

Além disso, outras questões sem resposta foram suscitadas: o que restou dessa narrativa no governo que se instalou em seguida? Que interesses atravessam as relações que se configuram entre o JN e o governo Temer, com sua base aliada? Que relação se estabelece efetivamente entre as narrativas do JN durante o processo de impeachment e a cobertura de acontecimentos como a prisão do ex-presidente Lula (e a não prisão de tantos outros réus da Lava Jato, a despeito de provas tão mais contundentes já reveladas pelo próprio telejornal)?

Pouco mais de dois anos após a abertura do processo de impeachment na Câmara dos Deputados, o país segue em uma sangria política, uma crise crescente: congelamentos dos gastos com educação e saúde, inflação e um contingente maior de desempregados. Os problemas do país não foram resolvidos após a queda de Dilma Rousseff. As consequências imediatas do golpe foram a desmoralização de Dilma e do Partido dos Trabalhadores. As eleições municipais que se realizaram dois meses depois demonstraram uma derrota do PT em todo o país. Mas esses aspectos são abordados pelo JN de maneira muito mais amena se comparada à cobertura que criminalizou a presidente.

Parece claro, assim, que o conjunto de escolhas editoriais utilizado para abordar a trajetória de Dilma Rousseff no cenário de crise política revela a maneira como os interesses

políticos e econômicos continuam a atravessar a narrativa da Rede Globo de Televisão e do JN, em especial. O impeachment da ex-presidente é, em parte, resultado da maneira como esse jornalismo influencia a forma como os telespectadores reagem a determinados contextos de crise. A narrativa midiática interfere no entendimento que o público tem sobre a política no país e isso produz desdobramentos complexos, muitas vezes prejudiciais às nações.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, M.; FERNANDES, R. O poder hoje está na mídia. **Comum**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 26, p. 145-168, Junho 2006.

ALMEIDA, Rodrigo de. **À sombra do poder: bastidores da crise que derrubou Dilma Rousseff**. Leya, 2017.

ARBEX JR. **O Jornalismo Canalha**. Casa Amarela, Brasil, 2003.

AZEVEDO, Fernando Antônio. relações entre o sistema de mídia e o sistema político. *Opinião Pública*, v. 12, n. 1, p **Mídia e democracia no Brasil**: 88-113, 2006.

BAHIA, J. B. **História, jornal e técnica**: história da imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.

BARA, Gilze. **Jornal Nacional**: um jornal de família. São Luís: 2010.

BARBOSA, M. C.; RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Telejornalismo na Globo: Vestígios, narrativa e temporalidade. In: Cesar Bolaño; Valério Cruz Brittos. (Org.). **TV Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. 1 ed. São Paulo: Paulus, 2005.

BONNER, William. **Jornal Nacional** – Modo de Fazer. Rio de Janeiro: Globo, 2009.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BRITTOS, Valério Cruz; RÜHEE, Paloma. **A construção dos âncoras nos telejornais nacionais da Globo**. In: MATTOS, Sérgio. *Comunicação Plural*. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 51-71. Disponível em: Acesso em: Maio de 2018.

CARVALHO, A. C. D. Imprensa e opinião pública no Brasil: uma retrospectiva histórica. In: LIMA, V. A. D.; GUIMARÃES, J.; AMORIM, A. P. **Em defesa de uma opinião pública democrática**: conceitos, entraves e desafios. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2014. p. 89-132.

CHRYSTUS, Mirian. **À sombra de Heródoto**: a linhagem narrativa das matérias edificantes do *Jornal Nacional*. Dissertação de Mestrado. UFMG, 1999.

DANTAS, A. A mídia e o golpe militar. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 59-74, Abril 2014.

DE LUCA, T. R. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, A. L.; DE LUCA, T. R. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 149-175.

ENTMAN, R. M. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, 1993, p. 51-58, 1993.

FECHINE, Yvana. **Performance dos apresentadores dos telejornais: a construção do éthos.** Revista Famecos, Porto Alegre, v. 1, n. 36, p.69-76, jul. 2008. Disponível em: Acesso em: 20 de Maio de 2018.

FERNANDES, André de Godoy. **Meios de comunicação social no Brasil: promoção do pluralismo, direito concorrencial e regulação.** 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

FERNANDES, Hélio. O escândalo do Proconsul em 1982. In: **Tribuna da Imprensa.** Rio de Janeiro, Dezembro de 2004.

GITLIN, Todd. **The Whole World is Watching: mass media and the making and unmaking of the new left.** Berkeley: University of California Press, 1980.

GOMES, Itânia Mota. **Modo de endereçamento no telejornalismo do horário nobre brasileiro: o Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão.** Rio de Janeiro: 2005.

GUTMANN, J. F. Articulações entre Dispositivos Televisivos e Valores Jornalísticos na Cena de Apresentação do Jornal Nacional, **XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação,** Curitiba, 2009.

GUTMANN, J. F. Quadros narrativos pautados pela mídia: framing como segundo nível do agenda-setting? **Contemporanea,** Salvador, v. 4, p. 25-50, junho 2006.

KELLER, S. I. **O destino das elites.** Rio de Janeiro: Forense, 1967.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica ética no jornalismo brasileiro.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

LEAL, Laurindo F. **O monopólio e oligopólio vigente na mídia brasileira.** 2015. Disponível em: <https://oligomono.wordpress.com/2015/07/05/o-monopolio-e-oligopolio-vigente-na-midia-brasileira/>. Acesso em: 15 de Abril de 2018.

LEAL, Plínio Marcos Volponi. **Análise de enquadramento noticioso televisivo: o Jornal Nacional e a representação dos atores envolvidos no Caso do Morro da Providência.** Intercom: Curitiba, set, 2009.

LIMA, Venício Artur de. **Mídia: crise política e poder no Brasil.** Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

LIPPMANN, W. **Public Opinion.** Nova Iork: Harcourt Brace, 1922.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** ano 10, n. 29, out. 1995 apud ALDÉ, Alessandra. A construção da política: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

MARTINS, ANA LUIZA; DE LUCA, TANIA REGINA. **História da Imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2011.

MATTEUCCI, N. B. E. A. N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política.** Brasília: UNB, 1998.

MCCOMBS, M.; SHAW, D. The agenda-setting function of mass media. **Public Opinion Quarterly**, Oxford, Janeiro 1972. p. 176-195.

MEMÓRIA GLOBO. **Jornal Nacional** - a notícia faz história. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004, p. 24.

MENDES, Conrado Moreira. O falar do Jornal Nacional: produção e recepção de um sotaque de natureza ideológica. **Trabalho de conclusão de curso (bacharel em Jornalismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte**, 2006.

MESQUITA, N. C. **Mídia e democracia no Brasil: Jornal Nacional, crise política e confiança nas instituições**. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

MILLS, C. W. **La élite del poder**. 12. ed. México: Fondo de Cultura, 2001.

MOREIRA, Adriana Monserrat Cedillo Morales. **Uma abordagem discursiva das reportagens do Jornal Nacional sobre o processo de Impeachment da Dilma Rousseff**. 12º Interprogramas de Mestrado da Faculdade Cásper Líbero, 2016.

MOREIRA, Breno Lima. **Mídia, economia e governo: O enquadramento da economia no Jornal Nacional no primeiro governo Lula**. 2007.

MOREL, M. Os primeiros passos da palavra imprensa. In: MARTINS, A. L.; DE LUCA, T. R. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 23-43.

MOTA, Célia Ladeira. **O âncora: um mediador entre a notícia e a nação**. São Paulo, VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, USP, 2009.

NEVES SOUZA, Florentina. Espetáculo e escândalo na cobertura política do Jornal Nacional. **LÍBERO. ISSN impresso: 1517-3283/ISSN online: 2525-3166**, n. 20, p. 139-149, 2016.

PATERNOSTRO, Vera Íris. **O texto na tv: manual de telejornalismo**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PATTERSON, Thomas E. **The mass media election: How Americans choose their president**. Praeger, 1980.

PINTO, P. A. Mídia e Política no Brasil: grande imprensa x coronelismo eletrônico. **Trabalho apresentado no XXXII Intercom**, Curitiba, Setembro 2009.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. EDUFBA, 2004, p. 73-104.

RAMONET, Ignacio. Meios de Comunicação: um poder a serviço de interesses privados? In: MORAES, Denis de; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. **Mídia, poder e**

**contrapoder.** Da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Editora Boitempo, 2013, p. 53-70.

REZENDE, G. J. **Telejornalismo no Brasil:** um perfil editorial. São Paulo: Summus Editorial, 2000.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Jornal Nacional:** a notícia faz história/Memória Globo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

SCHEUFELE, D. A. Framing as a theory of media effects. **Journal of Communication**, v. 49, n. 1, p. 103-122, mar. 1999.

SECOM, 2014. **Relatório Final Pesquisa Brasileira de Mídia.** Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-total-de-pesquisas/relatorio-final-pesquisa-brasileira-de-midia-2014.pdf/view>. Acesso em: 24 de junho de 2018

SECOM, 2015. **Relatório Final Pesquisa Brasileira de Mídia.** Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf/view>. Acesso 24 de junho de 2018.

SECOM, 2016. **Relatório Final Pesquisa Brasileira de Mídia.** Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view>. Acesso 24 de junho de 2018.

SILVA, Camila Pérez Gonçalves da. **Âncora: posturas e evolução de uma atividade jornalística.** Revista eletrônica Temática, ano 5, n. 06, 2009.

SOBRINHO, B. L. **O problema da imprensa.** São Paulo: Edusp/Com-Arte, 2001.

SODRÉ, N. W. **História da Imprensa no Brasil.** 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Cláudio Mello e. **15 Anos de história.** Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1984.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe:** entenda como e por que você foi enganado. Leya, 2016.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa. **Notícias e serviços:** nos telejornais da Rede Globo. Rio de Janeiro: Sotese, 2002.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade. Uma teoria social da mídia.** 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

TOLENTINO, Vanessa; SOUZA, Florentina das Neves. Um olhar sobre o papel dos apresentadores no Telejornalismo brasileiro. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE**

**CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**, 37, 2014, Foz do Iguaçu. **Anais....** Foz do Iguaçu: Intercom, 2014. p. 1 - 13. Disponível em: Acesso em: 20 Maio de 2018.

TRAQUINA, N. O paradigma do agenda-setting: Redescoberta do poder do. **Revista Comunicação e Linguagens**, Lisboa, 1995.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004.

TUCHMAN, G. **Making News: A Study in the Construction of Reality**. Nova Iork: Free Pass, 1968.

TUCHMAN, Gaye. Contando “estórias”. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo, Questões, Teorias e “Estórias”**. Lisboa: Vega, 1993. p. 258- 262.

VAN DIJK, T. A. **Análisis del discurso ideológico**. Versión, 1996, UAM-X, México, p. 15-43.

VEIGA. Zaclis. **Telejornalismo e Violência Social**: A construção de uma imagem. Curitiba: Pós-Escrito, 2002.

WEBER, M. H. A imagem pública. In: RUBIN, A. A. C. **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004. p. 259-307.

WOLF, M. Teorias da comunicação. **Presença**, Lisboa, 1986.

WOLTON, Dominique. **Elogio do grande público**: uma teoria crítica da televisão. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Ática, 1996.

Certifico que a aluna Aline Vilela da Silva Oliveira, autora do trabalho de conclusão de curso intitulado "Jornal Nacional: Enquadramentos do impeachment de Dilma Rousseff", efetuou as correções sugeridas pela banca examinadora e que estou de acordo com a versão final do trabalho.



---

Hila Bernardete Silva Rodrigues  
Orientadora

Ouro Preto, 15 de julho de 2018.